



MATRIA

QUEM FINANCIA O ATIVISMO TRANS NO BRASIL?

RELATÓRIO TÉCNICO DE
FINANCIAMENTOS DE
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL E NÚCLEOS ACADÊMICOS

20

26

SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

06

**INTRODUÇÃO: O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA FILANTROPIA
INTERNACIONAL**

15

O ASSOCIATIVISMO DE BASE DA MATRIA

20

METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO

22

**O FINANCIAMENTO PROGRAMÁTICO DA AGENDA TRANSATIVISTA
NO BRASIL**

31

**ANÁLISE DOS RECURSOS DESTINADOS AOS AUTORES E APOIADORES DO “DOSSIÊ
MATRIA” E DO RELATÓRIO “FRONTEIRAS BORRADAS”**

54

**LIMITAÇÕES, ESCOPO E
TRANSPARÊNCIA DOS DADOS**

55

CONCLUSÃO

59

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

É com orgulho que a MATRIA apresenta às brasileiras e aos brasileiros o relatório “**Quem financia o ativismo trans no Brasil?**”.

Este documento nasce de uma observação, nos últimos anos, de um fenômeno preocupante. Movimentos autônomos, legítimos e enraizados nas necessidades reais do povo – como os de mulheres, mães e trabalhadoras – vêm sendo sistematicamente deslegitimados por meio de acusações infundadas, narrativas conspiratórias e tentativas de rotulagem política. Em 2025, a MATRIA foi alvo direto desse tipo de ofensiva, sendo falsamente acusada de integrar uma suposta rede internacional “antigênero”, sem qualquer evidência ou base factual.

Diante disso, escolhemos responder com base naquilo que sempre defendemos: dados, documentos e evidências concretas.

A partir apenas de fontes abertas e verificáveis, reunimos e organizamos informações até então dispersas, tornando possível que qualquer cidadã ou cidadão compreenda quem financia determinadas agendas políticas e quais interesses estão em jogo no debate público brasileiro.

Ao fazê-lo, o relatório também expõe uma assimetria que precisa ser enfrentada com honestidade: enquanto organizações populares, sustentadas por contribuições modestas de suas próprias associadas, são acusadas de agir movidas por interesses ocultos, grandes redes de *advocacy*, que se apresentam como movimentos orgânicos, operam com financiamentos internacionais recorrentes, de médio e grande porte, muitas vezes sem o mesmo escrutínio público.

APRESENTAÇÃO

Este relatório é um convite ao debate público qualificado, ao jornalismo responsável e à pesquisa séria. É também uma afirmação clara: **movimentos de base, organizados a partir da realidade das mulheres brasileiras, não aceitarão ser silenciados ou desmoralizados por narrativas fabricadas.**

Este foi um trabalho construído a muitas mãos. Nem todas as pessoas que contribuíram podem, neste momento, ter seus nomes publicamente associados a este material, e é justamente por isso que o agradecimento precisa ser ainda mais enfático. Cada contribuição anônima aqui foi essencial.

Registramos nosso reconhecimento a todas as mulheres e colaboradores que dedicaram tempo, conhecimento e responsabilidade para que este trabalho fosse possível.

Agradecemos a Mateus Souza e Karen Mizuno pelo trabalho de identificação de algumas das fontes de financiamento.

Nosso agradecimento também a Jefferson L. Silva, pelo apoio técnico e pela extração de dados brutos que possibilitou identificar um montante maior de fontes de recursos repassados.

Às professoras universitárias que construíram uma parte significativa dos capítulos e que, diante do ambiente de intensa perseguição e intimidação, não podem ter seus nomes revelados, deixamos um agradecimento especial e respeitoso.

A todas essas pessoas, nossa gratidão.

Seguimos firmes, com serenidade, coragem e compromisso com a verdade.

1. INTRODUÇÃO

O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA FILANTROPIA INTERNACIONAL

Na filantropia internacional contemporânea, grandes fundações privadas distribuem recursos a organizações não governamentais de acordo com linhas programáticas explícitas, publicizadas em seus documentos institucionais. Esse modelo de financiamento programático é amplamente descrito na literatura sobre filantropia internacional (KECK; SIKKINK, 1998; MERRY, 2006; TOEPLER, 2016): por meio do empenho de recursos econômicos, políticos e logísticos, se promove a construção de redes transnacionais de *advocacy* dedicadas a avançar diferentes agendas. A autoidentificação de gênero e a liberalização de procedimentos médico-cirúrgicos de "transição de gênero" são apenas algumas dentre as diversas pautas promovidas, que envolvem também questões relacionadas a meio ambiente, tecnologia, informação e outras temáticas.

Conforme a análise de Rochowanski (2025), as grandes fundações não atuam como meros doadores passivos, mas como arquitetos que estabelecem missões específicas e demandam mudanças legislativas concretas como contrapartida ao financiamento. Frequentemente, os contratos de subvenção à organizações não governamentais (ONGs) estipulam metas como a redação e aprovação de leis ou a implementação de reformas que atendam à visão de mundo do doador. Muitas vezes, essa visão está em oposição com as demandas sociais locais.

Tomemos o caso, por exemplo, da **Open Society Foundations**, com forte presença no Brasil. Conforme explica o professor Michael Biggs, do departamento de Sociologia da Universidade de Oxford, a fundação defende em documentos públicos a autoidentificação de gênero independentemente de idade, a **rejeição às "categorias binárias homem e mulher"** e a livre oferta de medicamentos e cirurgias para fins de "transição de gênero" (BIGGS, 2018). Em seu site, a fundação reporta os sucessos de grupos financiados por ela em alterar legislações nacionais no Chile (OSF, 2018),

Finlândia, Malta, Noruega e Suécia a respeito da identidade de gênero. Segundo o relato da própria Open Society, essas vitórias legislativas não teriam sido alcançadas sem o seu suporte financeiro e logístico dado a organizações como a Transgender Europe, que fez pressão direta sobre os parlamentares (KIREY, 2015).

A fundação não apenas define objetivos como também produz guias e diretrizes para alcançá-los. No documento de 2014 “License to Be Yourself” (OSF, 2014), a Open Society Foundations prescreve estratégias de *advocacy* para validar a autoidentificação de gênero como um padrão global: o uso da litigância estratégica (judicializar casos-modelo para forçar mudanças na lei), a pressão transnacional (utilizar órgãos como a ONU para constranger governos), a aliança com acadêmicos, pesquisadores e profissionais de saúde (dar credibilidade científica às mudanças visadas) e a promoção de enquadramentos favoráveis na mídia (gerar clima de opinião positivo). O guia deixa claro que as ONGs beneficiadas pelos recursos devem utilizar narrativas emocionais e alianças com grandes instituições internacionais para pautar as instituições locais. Assim, o documento descreve explicitamente um modelo de mudança social impulsionado pelo capital filantrópico estrangeiro.

Assim como outras grandes fundações internacionais igualmente atuantes no Brasil, a **Fundação Ford** é uma das maiores fundações privadas dos Estados Unidos, com um fundo patrimonial estimado em 16 bilhões de dólares, segundo dados da própria organização (FORD FOUNDATION, s.d., *How we make grants*). Em 2022, ela anunciou que duplicaria o investimento em organizações que atuam pelo avanço de pautas baseadas em autoidentificação de gênero, destinando 10 milhões de dólares apenas nos Estados Unidos à causas como a inclusão de pessoas do sexo masculino transidentificadas nos esportes femininos e de procedimentos médicos de “afirmação de gênero” para adultos e crianças (FORD FOUNDATION, 2022a). Em seu site, a organização afirma: **“A igualdade de gênero depende de desconstruir todo o binarismo de gênero, expandindo nossa definição de gênero e reconhecendo a plena humanidade em todos nós”** (FORD FOUNDATION, 2022b).

Fundações em rede: a difusão de uma cultura e visão compartilhadas

Segundo a associação espanhola *Contra el Borrado de las Mujeres* (s.d.), a *Open Society Foundations* hoje figura entre os maiores doadores da agenda transativista global, ao lado da empresa *Gilead Sciences*, *Fundação Arcus*, *Fundação Gill*, *Fundação Tawani*, *Fundo Ric Weiland*, *Evelyn and Walter Haas, Jr. Fund*, *Fundação Tides*, *Astria Lesbian Foundation* e *Funders For LGBTQ Issues*. A associação documenta interconexões entre algumas dessas empresas e fundações. Aqui no Brasil, o *Fundo Brasil* recebe e redistribui recursos de diversos parceiros financiadores, a saber: *WMG BFF Social Justice Fund*, *Open Society Foundations*, *Tenure Facility*, *Porticus*, *Oak Foundation*, *Brot fur die Welt*, *Laudes Foundation Instituto Meraki*, *Climate and Land Use Alliance*, *Wellspring* e *Fundação Ford (FBDH, s.d., Captação de recursos)*. Segundo dados institucionais, a organização estima já ter doado mais de 116,2 milhões de reais e apoiado 2.075 projetos com temáticas diversas no país (FBDH, s.d., *Conheça o Fundo Brasil*). Recentemente, ela destinou um milhão de reais a organizações “inteiramente compostas ou lideradas por mulheres e homens LGBTQIAPN+, pessoas trans e intersexo” via o “*Editais LGBTQIAPN+: Defendendo Direitos 2026*” (FBDH, 2025).

Essas relações institucionais evidenciam que a filantropia internacional forma uma rede bastante estruturada e interconectada. Não é incomum constatar que um mesmo projeto pode ser financiado simultaneamente por três ou quatro dessas grandes fundações. Trata-se de uma interconexão de elites: os diretores de uma fundação sentam-se nos conselhos de outras, de universidades de elite e de grandes bancos, formando uma rede de atores que compartilham uma mesma cultura e visão (ROELOFS, 2003).

Segundo a cientista política Joan Roelofs (2003), essa articulação configura um sistema de governança indireta, no qual grandes fundações coordenam recursos financeiros e institucionais que institucionalizam movimentos sociais e pautam agendas públicas. Ao centralizar o financiamento em frentes comuns, essas fundações exercem uma hegemonia de rede: uma colaboração estratégica que permite ditar os rumos da mudança social em escala global, garantindo que as pautas locais estejam alinhadas aos interesses e à visão de mundo dos grandes doadores internacionais.

O enfraquecimento das associações de base e a redução do pluralismo

A assimetria nos fluxos de fomento contribui para a criação de hierarquias internas à sociedade civil organizada dos países em que as fundações atuam. Por um lado, organizações alinhadas aos eixos hegemônicos da filantropia internacional profissionalizam-se e ganham escala e capilaridade. Por outro, o associativismo de base, que opera sob lógicas de autonomia, voluntariado e pautas que emergem de demandas sociais orgânicas, acaba sendo marginalizado nos processos de financiamento e visibilidade pública. Essa disparidade de recursos não afeta apenas a capacidade material de atuação, mas também a representação simbólica e política no espaço público, comprometendo sua pluralidade ao privilegiar vozes alinhadas às agendas de grandes doadores privados estrangeiros em detrimento das demandas locais. Não surpreende, portanto, que, nos últimos anos, uma série de agendas relacionadas ao transativismo tenha avançado no Brasil, a despeito de sua impopularidade e rejeição pela maior parte da população - como demonstrou a pesquisa de opinião realizada no país pelo IRG-Pesquisa/MATRIA (MATRIA, 2025).

Há amplo debate acadêmico sobre o fato de que recursos opacos e desregulados de grandes doadores são capazes de corromper a política, a ciência, o jornalismo e as instituições públicas. De modo geral, prevalece o entendimento de que em sociedades democráticas as doações de grupos poderosos devem ser tornadas públicas, escrutinadas e reguladas. Nos últimos anos, diversos países têm aprovado legislações que determinam que as fundações filantrópicas publicizem suas doações ou, em alguns casos, que tais doações sejam restringidas. Em se tratando da presença de capital estrangeiro em países em desenvolvimento, as preocupações institucionais e democráticas se intensificam. Afinal, as diferenças de riqueza e poder entre doadores e receptores têm o potencial de capturar instituições frágeis, distorcendo a própria política e a democracia (ROCHOWANSKI, 2025).

De ativistas a “prestadores de serviço”

Como alerta Rochowanski (2025), a dependência crônica da filantropia internacional tende a converter o ativismo local em uma espécie de “prestação de serviços” para doadores globais. Nesse sistema, as pautas acabam moldadas pelas missões institucionais de grandes fundações. Isso submete até mesmo atores engajados em um ciclo de dependência material que acaba por deturpar suas motivações originais em favor das diretrizes de quem financia.

Como os recursos são alocados para agendas pré-definidas, podem ser descontinuados a qualquer momento ou orientados a outros problemas, criando um ambiente altamente competitivo em que a sobrevivência da organização depende de uma contínua readequação da sua missão e objetivos. Assim, as ONGs deixam de ser associações orgânicas de cidadãos para se tornarem “empreiteiras de projetos”. Nesse ambiente, uma classe de profissionais do terceiro setor, cuja subsistência depende integralmente desses repasses, é forçada a moldar constantemente suas prioridades e discursos para se alinhar aos fluxos de capital do Norte Global. O resultado é uma sociedade civil dócil a diretrizes externas e desconectada das bases que afirma representar (ROCHOWANSKI, 2025).

Um caso emblemático é o da organização britânica **Stonewall**: fundada em 1989 para defender os direitos civis dos homossexuais, a organização posteriormente passou a priorizar agendas de “identidade de gênero” substancialmente distintas de sua missão original. Matthew Parris (2021), um dos fundadores da Stonewall, argumenta que a organização afastou-se de seus objetivos originais após conquistar a igualdade legal para gays e lésbicas no Reino Unido. Segundo Parris, ao se ver dotada de uma estrutura burocrática robusta - com funcionários, CEOs e equipes de captação de recursos -, a organização passou a buscar causas novas e rentáveis para justificar sua própria existência e manutenção financeira.

A Stonewall abraçou a agenda da identidade de gênero, ignorando as advertências de gays e lésbicas de que essa mudança apagaria o próprio

conceito de atração pelo mesmo sexo, fundamental para lésbicas, gays e bissexuais (LGBs), além de eliminar os direitos das mulheres baseados no sexo biológico (HEUCHAN, 2019). Matthew Parris enfatiza que a agenda de "transição de gênero" não possui relação com a causa original da orientação sexual e acaba por comprometer a liberdade de expressão e a imagem da comunidade que a Stonewall afirma representar. O caso exemplifica como uma organização de base pode ser "colonizada" por novas agendas para manter sua relevância institucional e o fluxo de recursos, transformando-se de um movimento de libertação em uma engrenagem de ativismo profissionalizado e desconectado de seus propósitos fundacionais (PARRIS, 2021).

Por que essas fundações investem no transativismo?

É pertinente questionar as motivações por trás do investimento dessas fundações nas pautas ligadas à substituição do marcador do sexo pela política da "identidade de gênero". Não há uma resposta unívoca para esta complexa questão que envolve dinheiro, poder de influência transnacional, ideologias neoliberais e cultura do consumo. Não é objetivo deste relatório investigar os interesses das fundações, mas demonstrar que elas estão presentes na construção desta agenda no Brasil e que financiam as mesmas organizações que acusam, sem provas, a MATRIA de receber capital estrangeiro. No entanto, cabe reportar que já existem alguns trabalhos publicados que exploram esta questão.

A jornalista investigativa Jennifer Bilek publicou, em 2024, o livro *"Transsexual Transhuman"*, no qual apresenta um conjunto robusto de dados que lhe permite formular hipóteses sobre as motivações que levam grandes fundações privadas a investir nessa pauta. Os resultados de sua investigação apontam centralmente para interesses econômicos: a noção de "identidade de gênero" favoreceria a abertura e a expansão de novos mercados, como o das clínicas de chamados "cuidados transgênero", que têm crescido de forma expressiva nos Estados Unidos. Bilek destaca, ainda, a existência de uma parceria estratégica entre *Big Tech* e *Big Pharma*, e fundações que financiam o ativismo responsável por pautar a agenda pública, pressionar mudanças legislativas e transformações nos comportamentos individuais.

Em 2016, uma pesquisa vinculada ao programa de medicina da Harvard University estimou que o potencial de mercado, considerando apenas as cirurgias de redesignação sexual em adultos, situava-se entre **US\$ 11 bilhões e US\$ 20 bilhões** (BERHANU, 2016). Atualmente, o mercado de terapias hormonais - dominado por grandes multinacionais farmacêuticas e sustentado por tratamentos contínuos e de longo prazo - apresenta uma projeção de crescimento anual de 8,7%, com potencial para atingir US\$ 11,6 bilhões até 2034, segundo a Global Market Insights (2024). De fato, a expansão desse mercado depende da consolidação normativa, institucional e cultural das “terapias de redesignação sexual”, condição central para a ampliação e estabilidade da demanda (GLOBAL MARKET INSIGHTS, 2024).

Nas duas últimas décadas, a valorização social das ditas “identidades trans”, a institucionalização de protocolos clínicos, a expansão de clínicas especializadas e a incorporação dessas terapias por sistemas públicos e privados de saúde permitiu um aumento exponencial dos encaminhamentos de pessoas às clínicas de gênero (MCDEAVITT, COHN, LEVINE, 2025), alcançando um crescimento de até 100 vezes no período entre 2009 e 2021 (CASS, 2024). Houve mudanças significativas no perfil da população atendida, hoje majoritariamente formada por adolescentes do sexo feminino, com altas taxas de comorbidades de saúde mental (THOMPSON et al., 2022a; THOMPSON et al., 2022b; TAYLOR et al., 2024; CASS, 2024) e início súbito de sintomas após maior exposição à redes sociais online e influência de pares, sugerindo contágio social (LITTMAN, 2018; LITTMAN, 2021; SAPIR, LITTMAN, BIGGS, 2024). Como consequência, o número de mastectomias realizadas em meninas de 12 a 17 anos nos Estados Unidos, por exemplo, aumentou 1.300% entre 2013 e 2020 (TANG et al., 2022).

Tais mudanças acabam por expandir significativamente o mercado da indústria médico-farmacêutica, garantindo a “fidelidade” de pessoas declaradas trans que utilizarão hormônios e farão tratamentos médicos dispendiosos para o resto da vida. A propósito do que tratamos neste relatório, destacamos que **George Soros**, filantropo da Fundação Open Society Foundations, já foi acionista da rede de **farmácias CVS** e da gigante farmacêutica **Johnson & Johnson** (BILEK, 2024, p. 164). Atualmente, o seu

fundo investe em plataformas de saúde e empresas de biotecnologia, como a **Horizon Therapeutics** (MANDL, 2023).

Além disso, o **Soros Fund Management** também investe em Big Tech, com marcas como Amazon, Apple e Alphabet (holding que controla a Google) em seu portfólio. A contribuição das *Big Techs*, na visão de Jennifer Bilek, consiste em reforçar a noção de que a identidade de uma pessoa pode estar desassociada do seu corpo, o que é feito através da massiva produção de "duplos digitais" (KLEIN, 2024) – os perfis em redes sociais. A Indústria *Tech* cumpre ainda o papel de máquina de propaganda da cultura do consumo das "identidades de gênero" (BILEK, 2024).

A contribuição da MATRIA

O exame dos vínculos entre organizações não governamentais e a filantropia internacional é uma questão de fundamental importância para a saúde das democracias contemporâneas. Por isso, a **MATRIA - Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil** apresenta este relatório com o objetivo de sistematizar e consolidar informações públicas acerca do fomento financeiro e das parcerias de entidades que promovem a agenda da "auto identificação de gênero" no cenário nacional. Como organização dedicada à preservação do marcador "sexo" no ordenamento jurídico e nas políticas públicas, a MATRIA busca conferir transparência às fontes de financiamento de pautas que impactam diretamente sua missão de garantir segurança, privacidade e direitos fundamentais a mulheres e meninas.

Como há uma grande constelação de entidades dedicadas a essa pauta no Brasil atual, o relatório se dedica a duas tarefas: mapear, de forma preliminar, os recursos destinados por algumas das fundações filantrópicas atuantes no Brasil e se aprofundar nas fontes de financiamento de organizações autoras ou signatárias de dois textos publicados recentemente, o "**Dossiê Matria: o lobby antitrans disfarçado de defesa das mulheres e crianças**" e o relatório "**Fronteiras Borradas: Movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil**". A opção por partir

desse dois documentos cumpre dois objetivos: discutir e refutar as acusações que eles levantam contra a própria MATRIA, de que ela integraria um ecossistema global “antigênero” financiado por atores poderosos, e investigar a relação dos seus autores e apoiadores com fundações internacionais.

Conferiu-se atenção específica à **Open Society Foundations** (OSF), à **Ford Foundation** e ao **Fundo Brasil de Direitos Humanos** (FBDH), com o objetivo de analisar padrões de financiamento, recorrência de aportes e possíveis relações de interdependência institucional. O levantamento realizado não se propõe exaustivo, reconhecendo, desde logo, a existência de lacunas e o fato de que outras fontes de financiamento não foram examinadas. Os dados apresentados provêm exclusivamente de fontes primárias públicas (bases de dados de doadores, páginas institucionais e relatórios de atividades), bem como de registros jornalísticos e acadêmicos. Assim, não consistem em conjecturas, mas em fatos documentados e verificáveis.

A estrutura do documento

A MATRIA dedica-se à produção qualificada de informação e dados sobre políticas e iniciativas contrárias aos direitos das mulheres, meninas e crianças. Por isso, esse relatório se organiza da seguinte maneira: primeiro, refutamos as acusações levantadas pelos "Dossiê Matria: o lobby antitrans disfarçado de defesa das mulheres e crianças" e "Fronteiras Borradas: Movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil", de que a associação possui fontes estrangeiras obscuras na base do seu funcionamento. Apresentamos o modelo organizacional da associação e discutimos a diferença entre seu associativismo de base e as ONGs profissionalizadas que lhe fazem oposição. Na sequência, apresentamos a metodologia de pesquisa utilizada para a produção deste relatório, visando dar transparência e facilitar a checagem e replicabilidade dos resultados. Apresentamos em seguida os resultados do levantamento, indicando as fontes de financiamento localizadas, bem como as lacunas de informação encontradas. Na conclusão, sintetizamos o relatório e discutimos suas implicações.

2. O ASSOCIATIVISMO DE BASE DA MATRIA

Em dois documentos publicados recentemente - "**Dossiê Matria: o lobby antitrans disfarçado de defesa das mulheres e crianças**" e "**Fronteiras Borradas: Movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil**", a MATRIA é acusada de integrar uma rede "antigênero" transnacional financiada e apoiada logisticamente por doadores poderosos do Norte Global. A lógica subjacente a tais acusações consiste em lançar suspeitas sobre a legitimidade e autenticidade da agenda defendida pela organização. Afinal, a presença de capital estrangeiro desperta temores de violação da soberania nacional, enfraquecimento da sociedade civil de um país e avanço de reformas políticas e legais contrárias à vontade dos cidadãos. As acusações dividem-se em duas frentes: a imposição do rótulo "antigênero" como categoria estigmatizante e a sugestão de opacidade financeira. Neste tópico, refutamos esses argumentos por meio da análise dos fatos, expondo o caráter independente do modelo de atuação da MATRIA e elucidando a sua missão.

A defesa das mulheres rotulada como "reacionarismo antigênero"

A narrativa de uma "**ofensiva global antigênero**", na qual se busca incluir a MATRIA, tem se consolidado como um enquadramento predominante em textos jornalísticos, artigos acadêmicos, bem como em discursos ativistas no Brasil e no exterior. A narrativa sugere a existência de uma "rede de articulações de caráter transnacional" que atuaria simultaneamente contra os direitos das mulheres, homossexuais, bissexuais e transgêneros, conforme descrito por Tesser (2022). A MATRIA entende que essa abordagem é uma construção estigmatizante que não encontra respaldo na realidade.

Segundo a filósofa Kathleen Stock (2021) e a jornalista Helen Joyce (2021), a noção de um suposto reacionarismo "antigênero" funciona como uma ferramenta de silenciamento que ignora a natureza legítima de preocupações sociais contemporâneas. As autoras sustentam que o termo

“antigênero” é impreciso porque pressupõe que a substituição do sexo biológico pela “identidade de gênero” representaria o progresso, enquanto qualquer resistência seria interpretada como um “retrocesso” irracional ou motivado pelo ódio. Na visão das autoras, a mobilização atual de mulheres contra essa agenda não é uma investida coordenada contra a igualdade, mas sim uma reação democrática e espontânea à forma como conceitos fundamentais da realidade foram alterados dentro de escolas, hospitais e governos sem o consentimento das mulheres e sem uma base científica sólida – causando prejuízos reais a mulheres e meninas.

Ao criticarem essa ideia de uma coalizão “antigênero”, Stock e Joyce sustentam que a oposição não busca restaurar normas patriarcais, mas sim resgatar o sexo como uma categoria política e jurídica essencial para a proteção das mulheres. Nesse sentido, o rótulo de “antigênero” é uma estratégia para isolar críticos – incluindo feministas, mulheres lésbicas, pessoas de esquerda, ateus e profissionais de saúde – como se constituíssem uma minoria extremista. O que chamam de reacionarismo corresponde a uma reação da sociedade civil frente às consequências práticas de uma mudança radical na linguagem e nas leis e não a construção de uma aliança ideológica anti-igualitária.

A atuação da MATRIA orienta-se precisamente pelo restabelecimento da segurança jurídica e da clareza conceitual dos direitos das mulheres, diante da erosão de categorias fundamentais e do apagamento das vivências e realidades das mesmas, inclusive no âmbito legal e político. Essa defesa é conduzida por uma base associativa plural: dados internos recentes, sistematizados pela associação (MATRIA, 2026a) mostram que a MATRIA reúne mulheres oriundas de diferentes regiões do Brasil, estados civis, com ou sem filhos, abrangendo diversas orientações sexuais, crenças, raças e, ao longo do espectro político, da esquerda à direita.

Fontes financeiras “obscuras”

Em outubro de 2025, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) publicou o documento intitulado “**Dossiê Matria: o lobby antitrans disfarçado de defesa das mulheres e crianças**”. Diversas organizações da

sociedade civil, coletivos e núcleos universitários subscreveram ou manifestaram apoio ao documento. No texto, a Antra, organização que atua na promoção de políticas baseadas em “identidade de gênero”, afirma não saber determinar as fontes de financiamento da MATRIA: “Suas fontes de financiamento ainda são de difícil identificação e é importante que mais pesquisas se aprofundem sobre o tema (p. 53)”.

Apesar da admissão de desconhecimento, o dossiê faz insinuações graves sobre a MATRIA, sugerindo vínculos ocultos com fontes de financiamento estrangeiras e falta de transparência (ANTRA, 2025, p. 42). A Antra utiliza a sua própria incapacidade de demonstrar que a MATRIA conta com tais fontes de custeio como suposta prova de que existe uma conspiração oculta. Essa técnica se materializa na associação reiterada da MATRIA a um suposto “ecossistema ultraconservador” e à “ultradireita global”, por meio de enquadramentos políticos e genealógicos que nunca são, efetivamente, demonstrados (Antra, 2025, p. 6; p. 15-16; p. 19).

Insinuações semelhantes aparecem no relatório **“Fronteiras Borradas: Movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil”**, lançado poucas semanas após o “Dossiê Matria” e produzido pelas mesmas organizações, a saber: a **Antra**, o **Observatório de Sexualidade e Política** (SPW/ABIA) e o **Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+** da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG). Trata-se, portanto, de uma produção contínua, elaborada pelos mesmos atores e instituições, que retoma e aprofunda os mesmos argumentos e ilações.

Ao descrever a emergência e a rápida amplificação da MATRIA, o relatório “Fronteiras Borradas” menciona o grau de organização, capilaridade e incidência política da associação como supostos indícios de inserção em um “ecossistema” mais amplo de “ofensivas antigênero”. Sugere, por implicação, a existência de recursos e apoios estruturados. Novamente, o texto não fornece dados empíricos que sustentem essa inferência (SPW, NUH/UFMG, ANTRA, 2025, p. 6; p. 24-26), explicitada no seguinte trecho: “Essa capacidade de ação amplificada, num curto período de tempo, sugere que a Matria conta hoje com apoio financeiro para sustentar um ativismo intenso e mais qualificado” (p. 88).

Contrariamente ao que é sugerido, a alta capacidade de incidência pública da MATRIA não se deve ao apoio financeiro de fontes de financiamento não transparentes. Financiada exclusivamente por doações eventuais de pessoas físicas, campanhas pontuais com forte adesão pública¹ e mensalidades de R\$50,00 pagas por cada associada, a associação preserva sua autonomia frente a grandes grupos de interesse. Segundo levantamento interno com base em dados cadastrais das associadas (MATRIA, 2025), o impacto da organização também é impulsionado por um quadro associativo altamente qualificado: 63,8% das associadas possuem pós-graduação e 25,8% ensino superior completo. Esse contingente - composto por pesquisadoras, profissionais de saúde, servidoras públicas e advogadas - provê o trabalho voluntário e pró bono que sustenta a defesa técnica dos direitos de mulheres e meninas, consolidando a MATRIA como uma voz protagonista no debate público brasileiro.

Em resumo, a MATRIA é uma organização da sociedade civil financiada por recursos próprios e doações de pessoas físicas e sustentada pelo trabalho voluntário de suas mais de 300 mulheres associadas, presentes em todas as regiões do Brasil. Surgiu em 2023 a fim de proteger os direitos e políticas públicas específicas para mulheres e crianças baseadas no marcador sexo. Não é, portanto, um movimento financiado e organizado por grandes corporações ou elites políticas, mas uma iniciativa de mulheres comuns - que tem crescido de forma orgânica e sustentável. Sendo assim, ela representa uma parcela organizada da sociedade brasileira, que deseja exercer seu direito de participação democrática nos processos de decisão estatal que a afetam diretamente.

A MATRIA é uma associação na acepção clássica do direito associativo: um grupo de pessoas reunidas que alcançam objetivos comuns através de atividades, contribuições voluntárias e gestão participativa. Todas as decisões fundamentais, incluindo o uso do orçamento, são validadas pelas associadas em assembleias periódicas, mediante deliberação e voto.

¹ Um exemplo é o caso dos trabalhadores da UFPB acusados injustamente de transfobia, que puderam receber assistência jurídica graças à campanha de arrecadação promovida pela MATRIA, que alcançou 23 mil reais.

Com estrutura jurídica definida por um estatuto aprovado em assembleia, a associação mantém a transparência de sua governança através de eleições regulares para a composição da diretoria, reafirmando seu caráter democrático e coletivo. Seu modelo organizacional contrasta com o de organizações não governamentais (ONGs) altamente profissionalizadas e financiadas, que no lugar de membros e voluntários, possuem chefes, empregados e estagiários, com divisões hierárquicas de poder e remuneração (ROCHOWANSKI, 2025). A diferença fundamental reside, portanto, na fonte de autoridade, recursos e sustentabilidade.

Enquanto as ONGs profissionalizadas dependem da captação de recursos externos e do alinhamento a agendas transnacionais, a MATRIA retira sua força da competência técnica e do suporte financeiro de suas próprias associadas. Isso torna a associação imune às pressões de descontinuidade de verbas e à captura institucional por doadores poderosos. Se as ONGs atualmente se estruturam para gerir projetos de terceiros, a MATRIA se organiza para defender os interesses coletivos das suas associadas e de um grupo crescente de mulheres insatisfeitas com as consequências de políticas baseadas no conceito de “identidade de gênero”, consolidando-se como um exemplo de soberania civil: uma organização brasileira, financiada por brasileiras e dedicada à proteção dos direitos das mulheres brasileiras, sem as amarras ou compromissos inerentes ao mercado da filantropia internacional.

Diante desse cenário, impõe-se um questionamento fundamental: poderiam as organizações e núcleos que formulam acusações contra a MATRIA reivindicar, eles mesmos, a condição de associações de base com agendas construídas organicamente? Uma métrica objetiva para aferir essa independência e espontaneidade reside, precisamente, na análise de seus fluxos de financiamento e no alinhamento de seus projetos à missão dos seus financiadores. O exame dos vínculos entre o terceiro setor brasileiro e a filantropia transnacional permite, enfim, identificar como grandes fundações operam via editais e processos seletivos, nos quais o acesso a recursos vultuosos está intrinsecamente condicionado à adoção de contrapartidas ideológicas e programáticas. Na próxima seção, analisaremos detalhadamente quem são os detratores da MATRIA e sob quais diretrizes e amarras financeiras operam.

3. METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO

Para a elaboração deste relatório, adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: inicialmente, concentrou-se a análise nas doações realizadas pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, Open Society Foundations e Ford Foundation, em razão da centralidade dessas instituições no financiamento de organizações e agendas vinculadas ao transativismo no Brasil. Paralelamente, foram examinados outros fundos e financiadores, porém de maneira mais pontual e subsidiária, por falta de recursos para a sistematização de todos os dados.

Em alguns casos, recorreremos ao auxílio de um apoiador que utilizou linguagem de programação em *python* para automatizar o processo de *web scrapping*² nos sites das organizações. Em outros casos, fizemos a conferência manualmente, recorrendo ainda a verificação cruzada em portais institucionais, releases de imprensa e relatórios de projetos. No caso da Open Society Foundations, apoiamos-nos nos dados do levantamento já feito pelo Instituto Monte Castelo (s.d), que disponibiliza listas de beneficiários e valores em seu site, com a devida comprovação via links fornecidos pela própria Open Society Foundations. Todas as análises remetem a links e documentos presentes nos sites dos próprios financiadores e podem ser, portanto, verificadas.

² A coleta de dados foi realizada por meio de um algoritmo de mineração de dados (*web scraping*) desenvolvido em linguagem *Python*, utilizando as bibliotecas *requests* para comunicação HTTP e *BeautifulSoup* para a extração de conteúdo. O *script* executou uma navegação em dois níveis: primeiro, o mapeamento sequencial das páginas de listagem e, em seguida, o acesso individual a cada projeto. Para cada registro, foram extraídos campos estruturados via análise do código HTML, diferenciando metadados (identificados pelas tags `<dt>` e `<dd>`, como ano, estado e valor) de conteúdos descritivos (identificados por cabeçalhos `<h2>`, como objetivos e resultados). A integridade da coleta foi assegurada por um sistema de *backup* incremental a cada 50 registros e pelo tratamento de dados ausentes. Além disso, seguiu-se um protocolo ético de acesso, com intervalos de 1 segundo entre as requisições para evitar sobrecarga no servidor de origem. Os dados finais foram consolidados e tratados com a biblioteca *pandas*, resultando em uma base de dados estruturada em formato Excel.

Com base em dados públicos fornecidos por essas fundações, discutimos padrões de distribuição de recursos destinados a essa pauta. Na sequência, levantamos os nomes de todas as entidades mencionadas nos dois dossiês que analisamos. A partir de consulta direta às bases públicas da Open Society Foundations, Ford Foundation e Fundo Brasil de Direitos Humanos, buscamos financiamentos e evidências de inserção dessas ONGs em redes institucionais e fluxos financeiros nacionais e internacionais.

4. O FINANCIAMENTO PROGRAMÁTICO DA AGENDA TRANSATIVISTA NO BRASIL

Esta seção apresenta dados sistematizados de instituições como a Open Society Foundations, Ford Foundation e Fundo Brasil de Direitos Humanos. Ressalta-se que, embora existam outras fontes de financiamento, como o Fundo Positivo LGBTQIA+, Black Feminist Fund, BrazilFoundation, International Trans Fund e Nações Unidas Brasil, o mapeamento exaustivo de todos os aportes representa um grande desafio metodológico devido à dispersão das informações. Portanto, optou-se por oferecer um panorama estruturado por fundação e limitado aos dados mais acessíveis. A decisão se justifica porque, como veremos a seguir, a análise desses dados públicos se mostrou suficiente para afirmar que, diferente da MATRIA, as associações transativistas recebem um significativo aporte financeiro da filantropia internacional.

1. Open Society Foundations

Para entender o padrão de doações da **Open Society Foundations** no Brasil, consultamos o levantamento já feito pelo Instituto Monte Castelo (s.d). O site traz a lista dos financiamentos a organizações brasileiras obtidos entre 2016 e 2024. Ao disponibilizar links diretos para cada projeto na página da própria Open Society Foundations, o mapeamento fornece meios de verificação independente dos dados. O instituto estima que, até o ano de 2024, a Open Society Foundations já destinou 781 milhões de reais a 308 organizações brasileiras.

Os beneficiários das somas mais vultuosas são a **Associação Direitos Humanos em Rede** (Conectas) (R\$ 34 milhões), o **Nossas Cidades** (R\$ 26,7 milhões) e o **Fundo Brasil de Direitos Humanos** (R\$ 25,8 milhões).

A **Conectas** é objeto de atenção central neste relatório: além de ser a maior receptora de doações da Open Society Foundations, a própria ONG declara em seu site (CONNECTAS, s.d., *Transparência*) ter recebido, apenas no ano de 2024, doações de múltiplas fontes que totalizam 29,4 milhões de reais. A organização se dedica a construir redes, apoiar outras organizações, promover litígio estratégico, articular atuação em fóruns internacionais e influenciar o Estado. Para alcançar esse objetivo, se faz presente em organismos internacionais como a ONU e OEA e instâncias nacionais como a Controladoria-Geral da União e conselhos da sociedade civil (CONNECTAS, s.d., *Sobre a Conectas*).

A Conectas tem **Bruna Benevides** em seu conselho deliberativo (CONNECTAS, s.d., *Equipe e conselho*), que ocupa simultaneamente a posição de presidente da **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)**, segundo site da própria organização (Antra, s.d.). A participação simultânea de Benevides em uma grande organização de Direitos Humanos e uma ONG dedicada à pauta transgênero mostra que ativistas brasileiros estão alinhados às estratégias dos grandes financiadores internacionais. Em seu guia de ativismo, a Open Society Foundations orienta os ativistas pela causa trans a fazer alianças com organizações maiores, dedicadas a temas de direitos humanos. O texto menciona que organizações internacionais mainstream como a Human Rights Watch e Anistia Internacional apoiaram campanhas pela "auto identificação de gênero" em países como a Ucrânia, Noruega, Holanda e Irlanda (OSF, 2014).

Outro grande beneficiário da Open Society Foundations é o **Instituto Incube**, que recebeu, só desse fundo, 18 milhões até 2024. A organização descreve seus objetivos como "fortalecimento de organizações da sociedade civil, no protagonismo de organizações e coletivos que defendem a justiça social, a diversidade, a inclusão e a igualdade" (INCUBE, s.d.). Em seu relatório de atividades (INCUBE, 2024), a organização revela ter recebido mais de 90 milhões de reais em recursos de diversas fundações – como a Open Society Foundations, OAK, Fundação Ford, entre outras – entre 2021 e 2024. Além disso, diz ter investido mais de 70 milhões de reais em 270 projetos.

O **Incube** já realizou, em parceria com a Administração Pública, projetos de “pesquisa e elaboração de curso sobre a transexualidade”, projetos de formação de ativistas “mulheres e pessoas não binárias queer”. A cartela de projetos é diversificada e o mesmo instituto que trabalha com questões trans promove também a Marcha das Mulheres Negras e a articulação conhecida como Mulheres Negras Decidem (INCUBE, SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA SP, 2024). Essa diversidade de pautas sob um mesmo guarda-chuva institucional aponta que as diversas ONGs, embora dedicadas a temas aparentemente distintos, estão interconectadas por uma rede de financiadores globais. Esses financiadores compartilham missões, objetivos e, principalmente, uma estratégia de **transversalização de conceitos** que uniformiza o discurso de organizações não governamentais, contribuindo para moldar os próprios movimentos sociais.

Ao operarem sob a rubrica da “**interseccionalidade**”, por exemplo, essas fundações ajudam a construir uma **unidade artificial de interesses** entre diferentes grupos contemplados por financiamentos. Embora o conceito de interseccionalidade tenha surgido no meio jurídico-legal dos Estados Unidos para discutir situações de imbricamento entre raça e sexo nas políticas públicas (CRENSHAW, 1989), o termo tem sido reapropriado pelo mercado filantrópico para criar uma coalizão forçada que atenda aos critérios de editais de financiamento. Essa padronização acaba por mascarar conflitos reais de direitos e prioridades entre diferentes grupos sociais, como mulheres e transexuais, por exemplo. Além disso, ajuda a explicar porque organizações dedicadas a pautas como feminismo e questão racial incluíram a pauta da transgeneridade em seus eixos de ação ou, ainda, redefiniram o conceito de mulher para abarcar pessoas do sexo masculino transidentificadas.

2. Fundo Brasil de Direitos Humanos

O Fundo Brasil é uma instituição de repasse de recursos de fundações internacionais a organizações brasileiras. A Open Society Foundations, por exemplo, repassou **3,1 milhões** de dólares à organização entre 2017 e 2023 (OSF, s.d.). Em seu site (FBDH, s.d, *Temáticas de projetos apoiados*), o Fundo descreve como uma de suas linhas de atuação a promoção do “direito à

identidade de gênero". A partir do *web scrapping* de dados dos projetos apoiados no site do Fundo Brasil de Direitos Humanos (s.d., *Temáticas de projetos apoiados*), organizamos uma planilha com todos os aportes orçamentários às organizações da sociedade civil. A planilha então foi processada por inteligência artificial (IA) para selecionar apenas projetos filtrados por palavras-chave (transexual, transgênero, travesti, LGBT e suas variações no plural e singular).

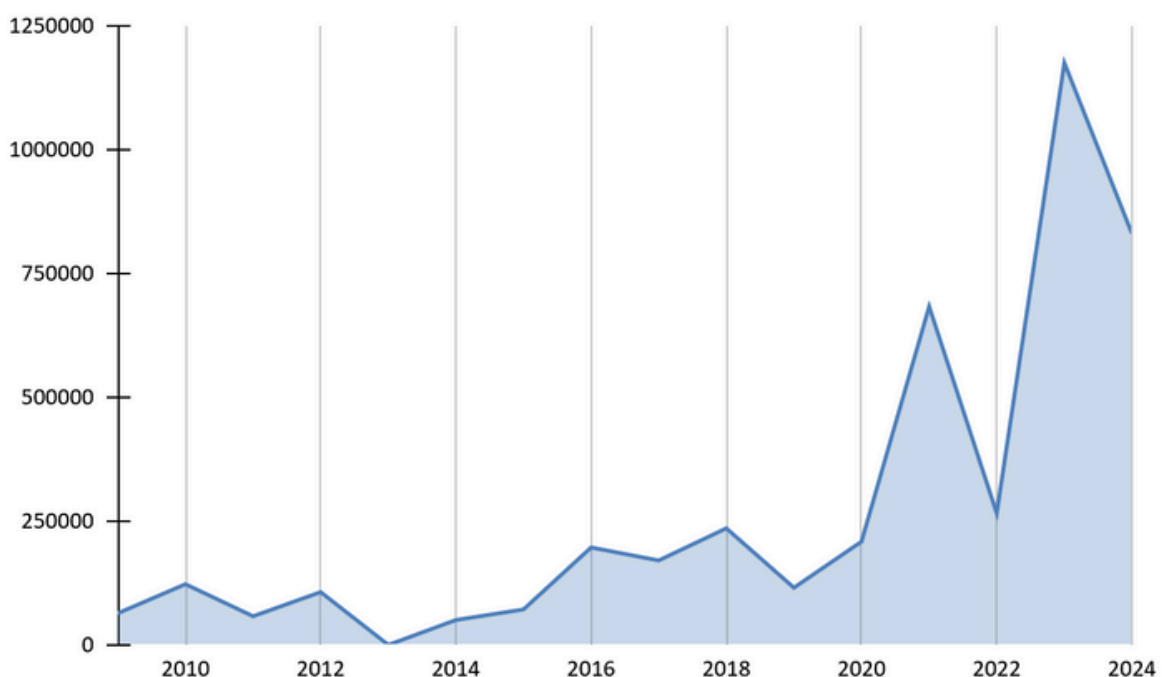
Em seguida, foram comparados os dados com listas de contemplados (FBDH, 2021; FBDH, 2023a) em editais destinados a projetos ligados à pauta LGBTQIA+, levando à inclusão de casos que não haviam sido captados pela IA. Com conferência manual para eliminação de erros, chegou-se a uma lista de 64 organizações que receberam fundos para a execução de projetos. A análise dos projetos contemplados mostra que, apesar de preverem diversas atividades, as mais recorrentes são aquelas focadas na influência direta sobre o poder público e processos decisórios: *lobby* em órgãos públicos, interlocução com atores governamentais e não governamentais nos níveis federal, estadual e municipal, *advocacy*, incidência política e atuação nos pleitos eleitorais, participação e ocupação de espaços de controle social (conselhos de políticas públicas) e aprovação de marcos legais (ex: lei ou diretriz municipal sobre uso de "nome social").

Há também previsão de ações junto a órgãos de educação, saúde e segurança pública, atuação em escolas municipais, bem como oficinas para servidores e gestores públicos. Outro eixo que se destaca é o fortalecimento institucional das próprias organizações contempladas pelos recursos na forma de encontros, formação de ativistas e estruturação e viabilização financeira das organizações. Os dados revelam, portanto, que os grupos contemplados estão bem alinhadas às estratégias enunciadas nos guias de *advocacy* (OSF, 2014) das fontes financiadoras do fundo, como a Open Society Foundations. A tabela completa, com os links para os projetos, pode ser consultada em MATRIA (2026b).

A análise dos recursos recebidos por essas 64 organizações aponta que elas já receberam, entre 2009 e 2024, um montante total de mais de **4,3 milhões** de reais em valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços (IPCA) em janeiro

de 2026. Os dados também mostram que essas dotações vêm aumentando, particularmente a partir de 2021. Cabe enfatizar que até o momento o site não disponibilizou as doações realizadas no ano de 2025 e que, em 2026, o fundo lançou o edital “LGBTQIAPN+: Defendendo Direitos 2026” (FBDH, 2025), que prevê o aporte de mais um milhão de reais a serem distribuídos entre até 20 organizações, grupos e coletivos. Portanto, os valores empenhados já são bem maiores do que nossa projeção inicial.

GRÁFICO 1 – REPASSES DO FUNDO BRASIL A ORGANIZAÇÕES DE TRAVESTIS, TRANSGÊNEROS E TRANSEXUAIS



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do site do Fundo Brasil

3. Fundação Ford

A Ford Foundation mantém atuação contínua no Brasil desde 1962 (FORD FOUNDATION, s.d., *History of the Ford Foundation in Brazil*), figurando entre as fundações filantrópicas internacionais com presença mais longa no país. Seus financiamentos são direcionados a organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e fundações voltadas a direitos humanos, justiça social, igualdade racial, gênero, sexualidade, democracia e fortalecimento

institucional. Trata-se de uma atuação de longo prazo, marcada por recorrência de aportes, apoio estrutural e financiamentos plurianuais, distinguindo-se de ações filantrópicas pontuais ou emergenciais.

A própria fundação declara apoiar “aqueles que trabalham para moldar as decisões políticas e as respostas à violência em nível local e global”, com atuação em diversas regiões do mundo, incluindo a América Latina, informando dispor de orçamento anual de **US\$ 22 milhões** e de um denominado “orçamento de construção” de **US\$ 45 milhões** (FORD FOUNDATION, s.d., *History of the Ford Foundation in Brazil*). Ainda que esses valores se refiram ao conjunto de suas operações internacionais, observa-se que, apenas no recorte de quatro organizações brasileiras analisadas neste relatório, foram identificados repasses que totalizam **US\$ 3.494.000,00**, evidenciando a relevância material de sua atuação no contexto nacional.

A dimensão histórica e financeira dessa presença é corroborada por investigação jornalística de Castro (2021), segundo a qual a Fundação Ford destinou cerca de **US\$ 180 milhões** ao Brasil desde 2006, montante que, corrigido pelos câmbios de cada ano, equivale a aproximadamente **R\$ 492 milhões**, distribuídos ao longo de 15 anos a 293 entidades. Os beneficiários incluem ONGs, universidades públicas e privadas, sindicatos, órgãos do sistema de Justiça e instituições estatais. A reportagem destaca críticas relacionadas ao potencial de influência indevida de uma fundação estrangeira sobre o debate público e políticas sensíveis, sobretudo diante da assimetria financeira envolvida.

No campo específico de gênero e sexualidade, os registros públicos da Ford Foundation indicam um padrão consistente de financiamento que não se restringe a iniciativas setoriais isoladas, mas privilegia organizações com capacidade de incidência política transversal, atuação em fóruns nacionais e internacionais e produção de marcos conceituais, normativos e técnicos replicáveis, capazes de orientar políticas públicas e práticas institucionais. Esse padrão sugere uma estratégia de intervenção estrutural, orientada à consolidação de agendas e metodologias no longo prazo.

A Ford Foundation fez um aporte inicial de **US\$ 3 milhões** para o Fundo Brasil quando ele foi constituído, que funcionou como um *endowment* (fundo) para dar sustentabilidade a longo prazo à entidade (FBDH, 2022a). Em 2022, o Fundo Brasil participou da criação e gestão do Labora - Fundo de Apoio ao Trabalho Digno, em parceria com a Ford Foundation, a Open Society Foundations e a Laudes Foundation, com um total de **US\$ 8,5 milhões** destinados a apoiar organizações e movimentos sociais (FORD FOUNDATION, 2022c; LAUDES FOUNDATION, 2022).

Além do financiamento indireto por meio da sociedade civil, há registros de interação mais direta da Ford Foundation com espaços institucionais estatais no Brasil. A fundação figura, por exemplo, como apoiadora de atividades no Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2023) e de iniciativas relacionadas à Lei de Acesso à Informação (LAI), como a plataforma Achados e Pedidos (BRASIL, 2017). Essas atuações evidenciam sua inserção em arenas que reúnem gestores públicos, pesquisadores e formuladores de políticas, indicando proximidade com processos de formulação, difusão e legitimação de políticas públicas, inclusive em áreas sensíveis à soberania estatal.

No plano internacional, a reportagem de Bilek (2022) situa a Ford Foundation como uma das fundações centrais em iniciativas estruturantes no campo das políticas de gênero nos Estados Unidos, em articulação com outras fundações privadas e organizações não governamentais. O texto menciona sua participação em programas de padronização curricular, como o Working to Institutionalize Sex Education (WISE), desenvolvido em colaboração com a Grove Foundation e a David and Lucile Packard Foundation, voltado à implementação de diretrizes nacionais de educação sexual em sistemas públicos de ensino. Segundo a investigação, essas iniciativas operam por meio do financiamento e do apoio técnico a redes organizacionais responsáveis pela produção de materiais pedagógicos, marcos conceituais e estratégias educacionais, com vistas à promoção de mudanças institucionais duradouras.

No Brasil, os repasses diretos e quantificados da Ford Foundation a organizações que atuam em *advocacy*, litígio estratégico, produção normativa e assessoramento de políticas públicas reforçam esse padrão de atuação. As entidades apoiadas exercem funções estratégicas, como a formulação de marcos conceituais, a produção de pesquisas e pareceres utilizados pelo Estado, a participação em conselhos, audiências públicas e instâncias governamentais, bem como a articulação de redes nacionais e internacionais, ampliando significativamente o alcance político do financiamento.

A partir de uma planilha obtida com *webscrapping* do site da Fundação Ford, foi realizada uma análise preliminar dos fundos destinados a organizações brasileiras. A lista completa original – na qual constavam 6.274 repasses para organizações de todo o mundo – foi filtrada, selecionando apenas os beneficiários cujos websites terminaram em “.br”, chegando a um total de 145 repasses feitos entre 2021 e 2025. Sabemos que esse critério é limitado, pois pode haver organizações brasileiras cujo site não cumpre estes critérios. Ainda assim, o exercício nos permitiu entender o padrão de doações.

A Fundação fez doações a universidades (FGV, PUC-Rio, PUCPR, UFPA, UFRB, UFRJ), organizações jornalísticas (Abraji, Ajour, Amazônia Real, De Olho Nos Ruralistas, Desenrola e Não Me Enrola, Fogo Cruzado, O Joio e O Trigo, Repórter Brasil), organizações ligadas a pautas raciais (Centro Afro Carioca de Cinema, Afrolatinas, Alma Preta Jornalismo, APAN, Aqualtune Lab, Fundo Baobá, Casa Sueli Carneiro, CCN-MA, CEAP, CEERT, Criola, Fundo Agbara, Geledés, Iniciativa Negra, Instituto Odara, Observatório da Branquitude, Instituto Peregum, No Front), feminismo (CAMTRA, CFEMEA, THEMIS, FENATRAD, MIQCB), além de outras focadas em tecnologia, Direitos Humanos, Meio Ambiente etc. Nota-se que a fundação também destina recursos a fundos que, por sua vez, distribuem os recursos a organizações menores, como são os casos do Fundo Baobá, Fundo Brasil de Direitos Humanos e Incube.

Esse conjunto de elementos revela um modelo de influência indireta, no qual fundos privados estrangeiros contribuem para moldar agendas públicas,

prioridades normativas e enquadramentos conceituais fora dos mecanismos clássicos de deliberação democrática, como eleições ou processos legislativos amplamente participativos. Além disso, mostra como eles contribuem para moldar a academia, o jornalismo e os próprios movimentos sociais. A destinação dos recursos a universidades, por exemplo, é opaca: em reportagem da Gazeta do Povo, a Universidade Federal do Pará afirmou que os valores não passam pela administração da instituição e são concedidos diretamente "a pesquisadores com projetos que atuam junto a comunidades vulneráveis" (CASTRO, 2021). Tal configuração levanta questões relevantes sobre soberania democrática, *accountability* e a assimetria de poder entre atores filantrópicos transnacionais e instituições públicas nacionais.

5. ANÁLISE DOS RECURSOS DESTINADOS AOS AUTORES E APOIADORES DO “DOSSIÊ MATRIA” E DO RELATÓRIO “FRONTEIRAS BORRADAS”

Delimitação do *corpus* documental e autoria institucional

O presente levantamento toma como *corpus* analítico principal dois documentos produzidos no segundo semestre de 2025 e que mencionam diretamente a MATRIA - Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil: (i) o **“Dossiê Matria: o lobby antitrans disfarçado de defesa das mulheres e crianças”**, lançado pela Antra em outubro de 2025; e (ii) o relatório **“Fronteiras Borradas: movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil”**, publicado poucas semanas depois, no mesmo ano.

Do ponto de vista metodológico, é relevante registrar que tais documentos não constituem produções independentes, mas integram um mesmo núcleo institucional de elaboração e difusão analítica. O “Dossiê Matria” tem como entidades organizadoras e realizadoras a Antra, o Sexuality Policy Watch (SPW/ABIA), o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG) e o Coletivo Chama. Já o relatório “Fronteiras Borradas” é realizado institucionalmente pela Antra, pelo SPW/ABIA e pelo NUH/UFMG, isto é, pelas mesmas organizações centrais responsáveis pela organização do dossiê anterior.

Essa sobreposição de autoria institucional evidencia a existência de uma produção analiticamente contínua, na qual enquadramentos, categorias interpretativas e inferências são retomados, aprofundados e reiterados de um documento ao outro. Tal constatação é fundamental para a correta interpretação dos conteúdos, especialmente no que diz respeito à repetição de insinuações e à consolidação de narrativas sem apresentação de evidências empíricas.

Além das entidades organizadoras, o “Dossiê Matria” apresenta um conjunto de organizações, coletivos e redes que figuram como signatários ou apoiadores institucionais, constituindo o universo empírico examinado neste relatório quanto às suas fontes conhecidas de financiamento. São eles:

a. Apoio Institucional:

- ONG Criola
- Coletivo de Sexualidade e Saúde
- Geledés – Instituto da Mulher Negra
- Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG)
- Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)
- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)
- Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS)
- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

b. Apoio de grupos e núcleos de pesquisa em universidades:

- Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem – Universidade Federal da Bahia
- Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) / Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras / Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

- Laboratório de Pesquisas, Tecnologias e Inovação em Enfermagem Psiquiátrica, Atenção Psicossocial e Transgeneridades / CNPq - Universidade Federal de Santa Catarina
- MatematiQueer: Grupo de Pesquisa e Extensão em Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática / Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher / Universidade Federal da Bahia
- Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Prof. Roberto Farina / Universidade Federal do Estado de São Paulo
- Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero do CEAM / Centro Avançado de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília
- Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA) / Universidade Federal de Pernambuco
- Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Essas entidades, ao subscreverem ou apoiarem formalmente o “Dossiê Matria”, assumem papel ativo na produção e legitimação pública dos enquadramentos ali apresentados.

Resultados por entidade

A análise das fontes documentais públicas e das bases de dados consultadas evidencia um conjunto de organizações com histórico consolidado de parcerias estruturais com fundações internacionais, caracterizado por financiamentos recorrentes, plurianuais e de médio e grande porte, distribuídos ao longo de diferentes ciclos temporais. Importa destacar que os valores aqui apresentados não correspondem a repasses pontuais ou concentrados em um único exercício financeiro, mas sim ao acúmulo de transferências realizadas ao longo de vários anos, o que permite identificar padrões de continuidade e persistência no financiamento internacional dessas entidades.

Com base exclusiva em valores publicamente documentados, extraídos de fontes oficiais de doadores, relatórios institucionais e bases públicas verificáveis, que serão explicitados nas próximas páginas, o montante mínimo identificado por organização diretamente relacionada à construção dos dossiês foi o seguinte:

- Geledés – Instituto da Mulher Negra: US\$ 3.050.000 (R\$ 16.378.500)
- Criola: US\$ 1.027.933 (R\$ 5.520.000,00)
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA): R\$ 450.000,00
- ABGLT: R\$ 341.209,00
- Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG): R\$ 210.000,00
- Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA): R\$ 299.200,00
- Rede Feminista de Saúde (RFS): R\$ 56.000,00
- ABIA / Sexuality Policy Watch (SPW): R\$ 12.196.274,34
- Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde: R\$ 150.000,00

Quando somados e convertidos em moeda nacional, considerando a taxa de câmbio³, esses valores perfazem o montante total de **R\$ 35.601.183,34 (TRINTA E CINCO MILHÕES, SEISCENTOS E UM MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)**

Esse resultado não pretende esgotar o universo de recursos recebidos por tais organizações mas documenta, de forma conservadora, apenas os repasses para os quais há registros públicos verificáveis. Ainda assim, o montante identificado é suficiente para demonstrar a existência de um financiamento internacional contínuo, estruturado e persistente, proveniente de grandes fundações filantrópicas – como a Open Society Foundations, a Ford Foundation e o Fundo Brasil de Direitos Humanos –, o que contrasta de maneira objetiva com a narrativa de muitas das organizações de precariedade financeira ou atuação exclusivamente local.

Dessa forma, os dados empíricos indicam que, ao contrário de iniciativas verdadeiramente independentes ou de base comunitária, as organizações analisadas operam inseridas em redes transnacionais de financiamento e *advocacy*, com acesso recorrente a recursos expressivos, estabilidade

³ Utilizamos o dólar na data de 17 de janeiro de 2026 para conversão: 1 dólar = 5,37 reais

institucional e capacidade ampliada de incidência política, técnica e discursiva no espaço público brasileiro.

Cabe observar que essas mesmas organizações, amplamente financiadas por fundações internacionais e integradas a redes transnacionais de *advocacy*⁴, figuram com frequência no debate público como acusadoras de movimentos de base autônomos, como a MATRIA, aos quais atribuem, sem comprovação, vínculos externos ou a reprodução de “interesses estrangeiros”.

a. Geledés – Instituto da Mulher Negra

O Geledés figura entre as organizações com maior estabilidade financeira e institucional da rede. O montante total transferido pela Open Society Foundations (s.d.) de 2016 a 2024 chegou ao valor de US\$ 1,4 milhões:

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

WHO WE ARE HOW WE WORK WHAT WE DO

AWARDED GRANTS

The Open Society Foundations work to build vibrant and inclusive democracies whose governments are accountable to their citizens. The vast majority of the grants made by Open Society are to organizations, but we also award a limited number of grants to individuals through fellowships offered across a number of different programs.

geledes

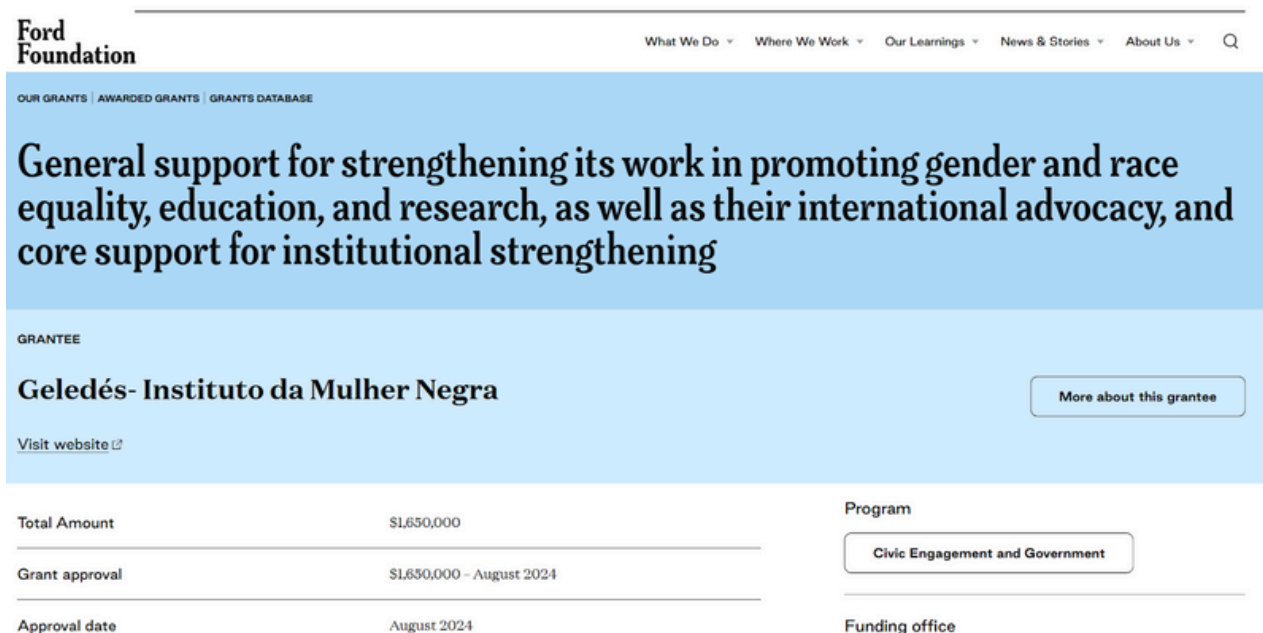
Filter by: Amount Region Year

8 GRANTS FOUND

Organization	Year	Amount
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2024	\$100,000
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2023	\$450,000
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2021	\$150,000
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2020	\$150,000
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2019	\$50,000
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2018	\$90,000
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2018	\$160,000
GELEDES – Instituto da Mulher Negra	2016	\$250,000

4 Sobre o funcionamento de redes transnacionais de *advocacy* e a circulação internacional de agendas políticas por meio de fundações filantrópicas, ver Merry (2006); Open Society Foundations, Annual Reports (s.d.); Ford Foundation, Grantmaking Database (s.d.).

Já pela Ford Foundations (s.d., *Grants database*), o montante total de doações foi de US\$ 1.650.000:



The screenshot shows the Ford Foundation Grants Database page for Geledés- Instituto da Mulher Negra. The page title is "General support for strengthening its work in promoting gender and race equality, education, and research, as well as their international advocacy, and core support for institutional strengthening". The grantee is "Geledés- Instituto da Mulher Negra". The total amount is \$1,650,000. The grant approval is \$1,650,000 - August 2024. The approval date is August 2024. The program is "Civic Engagement and Government". The funding office is listed as "Funding office".

Total Amount	\$1,650,000
Grant approval	\$1,650,000 - August 2024
Approval date	August 2024

Program: Civic Engagement and Government

Funding office: Funding office

Em conjunto, os repasses da Open Society Foundations e da Ford Foundation totalizam **R\$ 16.378.500,00 (DEZESSEIS MILHÕES TREZENTOS E SETENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS)**, evidenciando o alto grau de estabilidade financeira e institucional do Geledés, sustentado por financiamento filantrópico internacional de grande porte e recorrente, característico de organizações com inserção consolidada em redes transnacionais de *advocacy*.

b. Criola

A organização Criola apresenta trajetória semelhante, caracterizada por financiamento da Ford Foundation e Open Society Foundations. Na página institucional constam ainda outros apoiadores:

- NGOsource
- Open Society Foundations
- Instituto Unibanco
- Clima e Sociedade
- Baobá Fundo para Equidade Racial

- Fundo Social Elas
- Instituto Ibirapitanga
- Geledés – Instituto da Mulher Negra
- Oxfam Brasil
- Ford Foundation
- Global Fund for Women
- Fundo Brasil de Direitos Humanos
- Instituto Mattos Filho
- Maria Lab
- Synergia IHR
- Race and Equality Foundation
- Arma Alliance

Em termos de financiamento, foram encontrados US\$ 685.000 entre 2018 e 2022 pela Open Society Foundations (s.d.):

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

WHO WE ARE HOW WE WORK WHAT WE DO

AWARDED GRANTS

Grant and fellowship opportunities

About this database

The Open Society Foundations work to build vibrant and inclusive democracies whose governments are accountable to their citizens. The vast majority of the grants made by Open Society are to organizations, but we also award a limited number of grants to individuals through fellowships offered across a number of different programs.

criola

Filter by: Amount Region Year

3 GRANTS FOUND

▸ Criola	2022	\$375,000
▸ Criola	2020	\$190,000
▸ Criola	2018	\$120,000

Pela Ford Foundation (s.d., *Grants database*) encontramos o valor de US\$ 315.000 (entre julho de 2024 e Junho de 2026):

The screenshot shows the Ford Foundation Grants Database page for the grantee 'CRIOLA'. The main title of the grant is 'General support to strengthen Black women, young and adult, to act in public spaces in defense and expansion of their rights, democracy, justice, and for the Good Life'. The grant amount is \$315,000, approved in August 2024, and runs from July 2024 to June 2026. The funding office is Brazil, and the program is 'Civic Engagement and Government' and 'Gender, Racial, and Ethnic Justice'. The topic is 'Civil and Human Rights'.

Field	Value
Total Amount	\$315,000
Grant approval	\$315,000 - August 2024
Approval date	August 2024
Start date	July 2024
End date	June 2026
Grant type	Regular
Topic	Civil and Human Rights

Por fim, pelo FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (s.d., *Temáticas de projetos apoiados*) foram repassados R\$ 150.000,00 em 2020. Somando em dólares, a conversão fica em US\$ 27.933,00.

The screenshot shows the Fundo Brasil website page for the grant 'Criola'. The grant is titled 'GARANTIA DO ESTADO DE DIREITO E JUSTIÇA CRIMINAL' and is described as 'Justiça para Mulheres Negras em Prisão Provisória- incidindo em justiça racial, social e reprodutiva'. The grant was awarded in 2020 in Rio de Janeiro, with a duration of 18 months and a value of R\$ 150,000.00. The funding office is 'Direitos Humanos e Justiça Criminal'.

ANO	ESTADO	STATUS	DURAÇÃO	VALOR DOADO	TEMÁTICA	LINHA DE APOIO
2020	Rio de Janeiro	Em andamento	18 meses	R\$ 150.000,00	Garantia do Estado de Direito e Justiça Criminal	Direitos Humanos e Justiça Criminal

A soma total dessas três fontes de financiamento chega ao valor de **R\$ 5.520.000,00 (CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E VINTE MIL REAIS)**. Trata-se, portanto, de uma instituição com amplo financiamento

internacional, articulando redes filantrópicas transnacionais e agendas locais de *advocacy*.

Em síntese, a Criola insere-se de forma consistente em um ecossistema de financiamento filantrópico internacional, com aportes expressivos e recorrentes de grandes fundações estrangeiras e nacionais. Esse padrão evidencia uma atuação fortemente articulada em redes transnacionais de *advocacy*, o que afasta a caracterização da organização como iniciativa predominantemente local ou de base comunitária autônoma.

c. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)


A Antra mantém relação formal com o Fundo Brasil de Direitos Humanos (s.d., *Temáticas de projetos apoiados*), de quem recebeu apoio em projetos de “fortalecimento institucional” e “advocacy de direitos humanos” no período de 2022 a 2024. O repasse foi de R\$ 400.000,00 em 2024.



The screenshot shows the website of Fundo Brasil, which is celebrating its 20th anniversary. The navigation bar includes links for 'Conheça o Fundo', 'Nosso trabalho', 'Como apoiar', and 'Contato'. A search icon and a 'DOE AGORA' button are also present. Below the navigation bar, there are links for 'Editais' and 'Emergenciais', and a 'Labora' logo. The main content area displays a breadcrumb trail: 'Início > Nosso trabalho > Projetos apoiados > ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais'. The project title is 'ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais' under the category 'DIREITO AO TRABALHO DIGNO'. The subtitle is 'Pajubá: transformando a gramática política'. There are social media sharing icons for WhatsApp, LinkedIn, X, and Facebook. At the bottom, a table provides details about the project.

ANO	ESTADO	STATUS	DURAÇÃO	VALOR DOADO	TEMÁTICA	LINHA DE APOIO
2024	Região Sudeste	Em andamento	24 meses	R\$400.000,00	Direito ao trabalho digno	Carta-Convite Labora 2024

Em 2023 a Antra (em parceria com ABGLT) foi uma das organizações selecionadas no 12º Edital de Projetos do Fundo LGBTQIA+ (Re)existindo, promovido pelo Fundo Positivo (2024), cujo valor foi definido em R\$ 50.000,00, conforme estabelece o regulamento da chamada pública (FUNDO POSITIVO, s.d., Edital nº 43):



Fundo POSITIVO LGBTQIA+ (re)existindo

REDE: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo – ABGLT e Associação Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais – ANTRA.

Nome do Projeto: “Observatório Nacional de Políticas e Direitos LGBTQIA+”

Resumo do Projeto: O projeto monitorou políticas públicas e de conquistas jurídicas da população LGBTQIA+ através de registros de denúncias para a criminalização da LGBTifobia e retificação de nome e gênero de pessoas trans, por meio de ações de advocacy, metodologia de pesquisa, levantamento de dados e elaborando alternativas de soluções coordenadas para intervenção legislativa, judicial e internacional.

RELATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOL. 1: IMPACTOS DA CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA LGBTI+ NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Informações

EDITAL PRORROGADO ATÉ 05/03/2023 ÀS 16H30 - NÃO DEIXE PARA ENVIAR SEU PROJETO NA ÚLTIMA HORA!

Fundo Positivo LGBTQIA+ (Re) existindo e suas intersecções. Ampliar o apoio nas cinco regiões do país, para que possam aprimorar as ações e democratizar o acesso às políticas públicas de assistência social, promovendo a cidadania plena e inclusão, fomentando a defesa de direitos, a garantia ao acesso integral e equânime aos serviços de saúde, o acesso à justiça, mercado de trabalho formal, permanência e sucesso de pessoas LGBTQIA+ na esfera da educação e desenvolvimento de ações de incidência política e controle social das políticas públicas com ênfase na população LGBTQIA+ e suas intersecções, para que possam apresentar propostas para apoio ao seu trabalho por um período de 12 meses. Assim, o edital apoiará até 16 organizações que receberão o valor de no máximo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada.

As propostas poderão ser apresentadas por Organizações da Sociedade Civil que atuam diretamente com a população LGBTQIA+. Nesse edital, haverá espaço para todas as identidades. Salientamos dentro desse segmento, que serão aceitos projetos inovadores que pensem em jovens, mulheres, população em situação de rua, pessoas egressas do sistema prisional e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas, profissionais do sexo, população negra, idosos, pessoas com deficiência, migrantes brasileiros e estrangeiros, comunidades tradicionais e suas intersecções com a questão LGBTQIA+.

Para saber mais informações faça o download do edital no menu a direita.

No total identificado, a Antra recebeu **R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)** em repasses diretos. Cabe também mencionar que Bruna Benevides, presidente da ANTRA, ocupa o conselho deliberativo da CONECTAS, organização que apenas em 2024 recebeu um montante de R\$ 29.400.000,00 em repasses. Essa presença simultânea indica conexões entre a Antra e uma organização altamente financiada e capilarizada.

d. Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)

De acordo com o site da ABGLT, esta é filiada à Washington Brazil Office (WBO) que, conforme descrito em sua página, é uma organização não-governamental sediada nos Estados Unidos, com atuação internacional e foco em *advocacy* da sociedade civil, direitos humanos e democracia entre Brasil e EUA. Embora a parceria financeira seja verificável, não há evidência jurídica de subordinação institucional entre as entidades. O vínculo parece configurar um modelo de cofinanciamento descentralizado, típico das estratégias de filantropia internacional aplicadas ao campo de direitos LGBTQIA+:



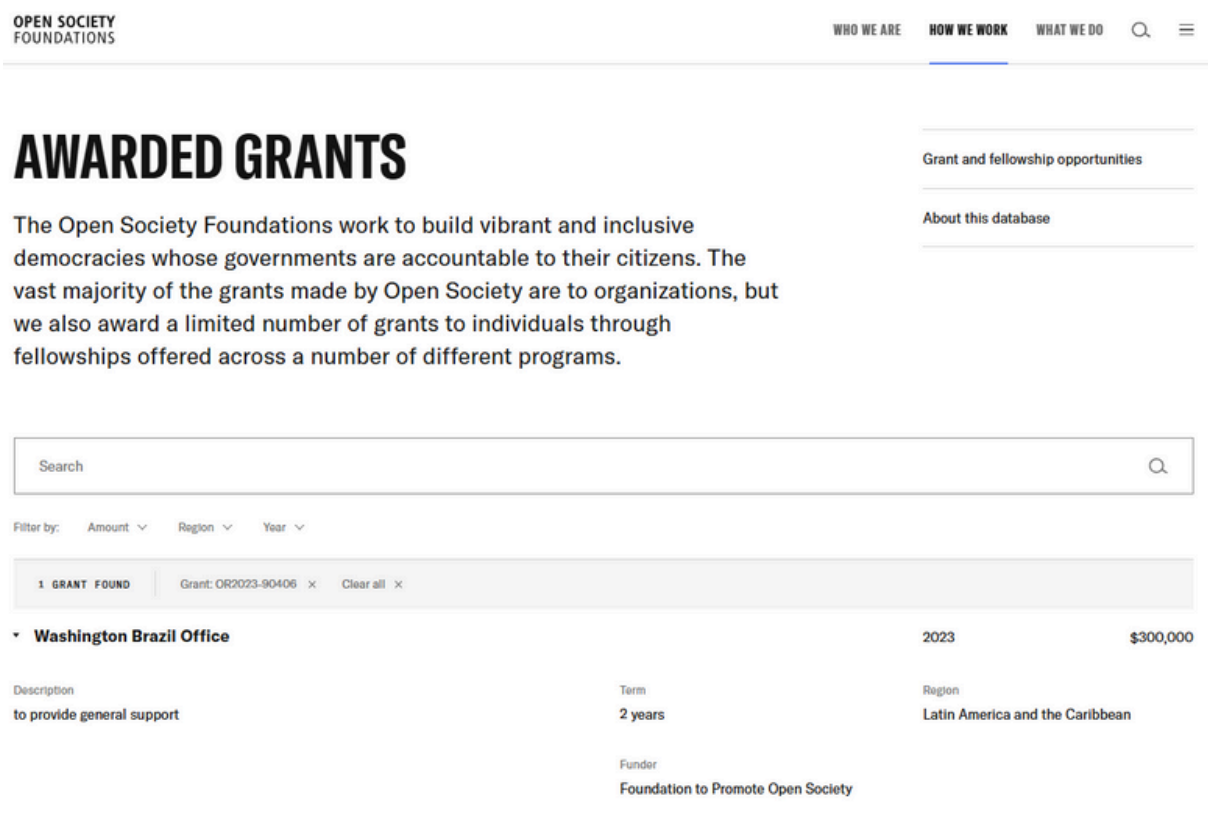
**Conheça as organizações nas
quais a ABGLT é afiliada**



CONSELHO NACIONAL
POPULAR LGBTI+

WBO Washington
BRAZIL OFFICE

Em 2023, o WBO recebeu US\$ 300.000 da Open Society Foundations (s.d.):



The screenshot shows the 'AWARDED GRANTS' section of the Open Society Foundations website. It includes a search bar, filter options for Amount, Region, and Year, and a table of grants. The table shows one grant awarded to the Washington Brazil Office in 2023 for \$300,000, with a description of 'to provide general support' and a funder of 'Foundation to Promote Open Society'.

Description	Term	Region	Amount
to provide general support	2 years	Latin America and the Caribbean	\$300,000

Em relação ao financiamento público do governo, a ABGLT recebeu em 2006 R\$ 341.209,00 (BRASIL, s.d.):

^ CONVÊNIOS E OUTROS ACORDOS FIRMADOS

Acordos vigentes

3 acordos - R\$ 341.209,00 (total de valores celebrados)

[Detalhar](#)

Cabe destacar, ainda, que no endereço atualmente associado à ABGLT figuram também o Grupo Diversidade Niterói e o Grupo Transdiversidade Niterói, conforme apontado em relatório institucional da FASE – Justiça, Igualdade e Direitos (2020). Ademais, até período recente, o endereço da ABGLT registrado no Portal da Transparência coincidia com o da Aliança

Nacional LGBTI. Embora a ABGLT tenha posteriormente promovido a atualização de seu endereço oficial, o vínculo locacional anterior permanece identificável em bases de dados públicas e em plataformas parceiras, como o IPEA (s.d.).

A Aliança Nacional LGBTI, por sua vez, acumula histórico expressivo de financiamento público, tendo recebido R\$ 5.301.761,00 (BRASIL, s.d.) em repasses diretos do Governo Federal, além da celebração de seis acordos adicionais, totalizando R\$ 1.130.000,00 (BRASIL, s.d.) em emendas parlamentares. Registra-se também que a entidade já foi contemplada com apoio financeiro do Fundo Positivo (FUNDO POSITIVO, 2023b).

Ressalte-se, por fim, que parcela significativa desses recursos públicos é operacionalizada por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, instância governamental que, à época de alguns dos repasses mencionados, encontrava-se sob a presidência de Symmy Larrat, que anteriormente exercera a presidência da própria ABGLT, elemento que merece atenção analítica sob a perspectiva da governança, da circulação de lideranças e da permeabilidade entre organizações da sociedade civil e estruturas estatais.

Foi possível identificar, portanto, diretamente à ABGLT o repasse de **R\$ 341.209,00 (TREZENTOS E QUARENTA E UM MIL DUZENTOS E NOVE REAIS)**.

e. Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG)

A organização Evangélicas pela Igualdade de Gênero integra o Fundo de Equidade de Gênero, mantido pela BrazilFoundation, entidade filantrópica que apoia iniciativas voltadas à diversidade, à equidade e à justiça social (BRAZILFOUNDATION, 2023a).

Há registro de repasse em 2023, quando o Edital do Fundo de Equidade de Gênero da BrazilFoundation contemplou as organizações selecionadas com um aporte uniforme no valor de R\$ 150.000,00 por projeto (BRAZILFOUNDATION, 2023b).

A EIG figura entre as organizações da sociedade civil beneficiadas por esse edital (BRAZILFOUNDATION, 2023c). O projeto aprovado foi “Jornada de formações e transformações para o enfrentamento das violências contra as mulheres, população LGBTQIA+ e defesa dos Direitos Humanos: questões estruturais, marcos teóricos e práticos a partir dos espaços religiosos” (BRAZILFOUNDATION, 2023a).

Adicionalmente, a EIG também consta na base pública do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que, no âmbito do Edital Mobilização em Defesa dos Espaços Cívicos e da Democracia 2022, destinou à organização o montante de R\$ 60.000,00, voltado ao fortalecimento de debates relacionados à política, religião e direitos democráticos (FBDH, 2022b).

Dessa forma, considerando os registros públicos disponíveis, o total de recursos identificados recebidos pela organização no período analisado perfaz o valor de **R\$ 210.000,00 (DUZENTOS E DEZ MIL REAIS)**.

f. Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)

A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas figura entre as organizações beneficiárias do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que apoia suas ações desde 2018 em temas como “feminismo antiproibicionista” e “reforma de políticas de drogas”. Os valores oficiais registrados foram de R\$ 149.200,00 (2017/2018) (FBDH, 2017) e R\$ 150.000,00 (2023/2024) (FBDH, 2023b). Além dos repasses oriundos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, há registro de apoio financeiro concedido pelo Black Feminist Fund (s.d.), entidade filantrópica internacional voltada ao financiamento de organizações feministas negras por meio de seu Sustain Fund. De acordo com informações disponibilizadas no próprio site da organização, as bolsas concedidas no âmbito desse fundo apresentam variação anual entre US\$ 50.000 e US\$ 200.000, sendo informado que o valor médio dos aportes destinados aos grupos apoiados é de aproximadamente US\$81.000 por organização. O total identificado de repasses à RENFA resulta em: **R\$ 299.200,00 (DUZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS)**.

g. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos (RFS)

A Rede Feminista de Saúde (RFS) foi contemplada com apoio financeiro do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2021). No âmbito do edital mencionado, o valor divulgado corresponde a **R\$ 56.000,00 (CINQUENTA E SEIS MIL REAIS)**, destinados à organização para a execução das atividades previstas no projeto aprovado (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021).

h. Sexuality Policy Watch (SPW/ABIA)

O Sexuality Policy Watch está sediado institucionalmente na Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA, s.d., *ABIA - quem somos*) e integra, desde sua criação, uma rede internacional de pesquisa e *advocacy* em sexualidade, direitos sexuais e políticas públicas. A atuação do SPW está diretamente associada ao financiamento internacional da Ford Foundation, repassado à ABIA ao longo de diferentes ciclos de apoio (ABIA, 2018 p. 18):



A ABIA coordena, desde 2013, o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI), vinculado à Rede Brasileira de Integração dos Povos. O GTPI é um coletivo de 16 organizações nacionais, representativas de diversos estados, e pesquisadores independentes que atuam pela ampliação e manutenção do acesso aos medicamentos no Brasil e no Sul Global e pelos direitos das pessoas que vivem com HIV no Brasil. O grupo monitora e incide politicamente em temas relacionados ao monopólio da comercialização de medicamentos nos âmbitos nacional e internacional. Também produz análises sobre a temática, oficinas de capacitação para pessoas vivendo com HIV e atua na produção e disseminação de informações básicas sobre o tema para a população geral. O GTPI

conta com o apoio da *Innovation in Global Health* (UNITAID) e da *Open Society Foundations* (OSF).

Registros públicos da Ford Foundation indicam que a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) recebeu financiamentos para projetos relacionados à saúde, sexualidade e direitos humanos (FORD FOUNDATION, s.d., *Grants database*; FORD FOUNDATION, 2006), no valor de US\$ 1.320.000 entre 2006 a 2011.

O site da Open Society Foundations (s.d.) também aponta doações que totalizam US\$ 394.999. A ABIA também afirma receber recursos da OXFAM, embora não foi possível identificar os valores repassados (ABIA, 2021).

Entre os projetos emblemáticos financiados pela Ford Foundation destaca-se o EroTICs: Sexuality and the Internet Project, desenvolvido entre 2008 e 2011, que contou com a participação direta do Sexuality Policy Watch (SPW), sediado na ABIA (SPW, 2011). O EroTICs permite observar a interferência na produção de conhecimento por agendas globais, com financiamento externo e forte circulação em fóruns internacionais de direitos humanos e sexualidade.

Uma das figuras centrais do SPW é a ativista Sonia Corrêa, co-coordenadora do fórum desde sua criação. Corrêa ocupa posição de destaque internacional, tendo sido a única brasileira a participar do encontro que deu origem aos chamados “Princípios de Yogyakarta”. Segundo Bindel e Newman (2021), Corrêa sustenta posições que ilustram de forma clara a orientação ideológica que atravessa parte significativa da produção intelectual associada ao SPW:

A co-presidente da reunião, a ativista brasileira pelos direitos sexuais Sonia Corrêa, defende a eliminação das referências à desigualdade entre os sexos no discurso sobre direitos humanos e cita os Princípios de Yogyakarta como um exemplo a ser seguido, pois estes não mencionam a palavra ‘mulher’. Corrêa afirmou que se recusa a usar o termo ‘direitos das mulheres’ porque acredita que o feminismo não deve ser relacionado aos corpos femininos e que o sexo é uma construção social ocidental do século XIX. Em sua opinião, a visão de que as diferenças biológicas entre os sexos são materialmente importantes é ‘fundamentalista’.

A literatura acadêmica confirma o financiamento da Ford Foundation em pesquisas desenvolvidas em colaboração com o SPW/ABIA. Um artigo publicado na *Global Public Health* declara explicitamente (VIANNA, CARRARA, LACERDA, 2008): “Este artigo baseia-se em um estudo mais amplo desenvolvido em colaboração com o Sexuality Policy Watch, com financiamento da Fundação Ford.”

Em termos do montante geral recebido da Ford Foundation, não foi possível identificar, pois embora conste na lista de beneficiados (FORD FOUNDATION, s.d., *Grants database*), não há indicação do valor total:

Associação Interdisciplinar Brasileira de AIDS – ABIA

[Visite o site do beneficiário.](#)

As informações exibidas nesta página podem não representar o valor total concedido a um beneficiário. Os nomes dos beneficiários podem mudar ao longo do tempo, ou alguns fundos podem estar listados em nome de outras organizações concedentes. Este banco de dados contém registros de doações de 2006 até o presente. Para visualizar doações mais antigas, os pesquisadores podem baixar os relatórios anuais neste site ou visitar o [Centro de Arquivos da Fundação Rockefeller](#).

Concessão de subsídio a este beneficiário

Fundada em 1987 por Herbert de Souza (Betinho) e outros ativistas, a ABIA surgiu com uma missão amplamente reconhecida: mobilizar a sociedade civil no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS, com foco em acesso ao tratamento e defesa dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV. Ao longo do tempo, porém, observa-se uma alteração progressiva de sua agenda, acompanhada por financiamento internacional contínuo. Desde 1993, a ABIA atua com projetos voltados a jovens gays e diversidade sexual e, atualmente secretaria o Sexuality Policy Watch (SPW), coordena o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI), e opera como polo de produção de conhecimento e *advocacy* em sexualidade e direitos sexuais.

Esse percurso ilustra um fenômeno recorrente: organizações criadas para responder a emergências sociais concretas passam, ao longo do tempo, a ser reorientadas por agendas transnacionais, impulsionadas por financiamento internacional consistente, com impactos diretos sobre prioridades políticas, enquadramentos conceituais e estratégias de incidência pública. Eles mesmos atestam esse fato no relatório de 2021 (ABIA, 2021, p 5):

Notamos que tanto no contexto nacional quanto internacional, a AIDS parece ter deixado de ser prioridade para receber financiamentos. Há um desinteresse geral em apoiar temas na saúde pública e isso num momento em que o mundo está acossado por doenças e pandemias como a Covid,

a sífilis e a AIDS. A dificuldade para se conseguir sustentabilidade financeira traz uma grande preocupação para a sustentabilidade da própria ABIA. Também nos preocupa constatar que, atualmente, os maiores financiadores globais para a sociedade civil no enfrentamento às pandemias são as grandes empresas farmacêuticas.

Em seus relatórios anuais, a ABIA fornece dados financeiros de receitas discriminadas por fontes nacionais e internacionais. Embora não discrimine os valores doados por cada entidade, ela cita, ao longo dos relatórios, apoios de fundos como o Innovation in Global Health, Open Society Foundations, UNESCO, Oxfam, George Town University, Fundação Robert Wood Johnson, Fundação Friedrich Ebert, Organização Pan-Americana de Saúde.

	Receitas Internacionais	Receitas Nacionais	Outros recursos	Total	Valores corrigidos pelo IPCA
2020	1.743.833,75	237.551,63	33.465,30	2.014.850,68	2.803.718,15
2021	1.925.766,04	859.217,37	68.217,37	2.853.200,78	3.952.451,74
2022	1.731.909,58	756.124,62		2.488.034,20	3.131.562,33
2023	<i>Dados não disponibilizados no site</i>				
2024	1.685.492,54	178.790,35	165.700,15	2.029.983,04	2.308.542,12
Total:					12.196.274,34

No total, os repasses recebidos pela ABIA, divulgados por eles mesmos, somam **R\$ 12.196.274,34 (DOZE MILHÕES CENTO E NOVENTA E SEIS MIL DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)**.

i. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ)

O Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) foi criado em 2002 e está vinculado ao Programa de Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (IMS/UERJ). Desde sua origem, contou com financiamento da Ford Foundation, integrando um projeto internacional mais amplo que articula centros de pesquisa na América Latina, Ásia, África e Estados Unidos, voltado ao fortalecimento de redes acadêmicas em gênero e sexualidade (CLAM, s.d., *Sobre o CLAM*):

Criado em 2002, o Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) é um projeto vinculado ao Programa de Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Faz parte de um projeto mais amplo que conecta centros na Ásia, África e Estados Unidos, financiado pela Fundação Ford.

A própria Ford Foundation reconhece o CLAM como uma de suas iniciativas emblemáticas de cooperação internacional na América Latina, destacando seu papel estratégico na formação e articulação de redes de pesquisa na área. A Fundação figura, assim, como cofundadora e mantenedora histórica do centro, embora não tenha sido possível identificar valores exatos de repasses. No âmbito de suas atividades, o CLAM participou, em conjunto com a Sexuality Policy Watch (SPW), do projeto EroTICs: Sexuality and the Internet, também financiado pela Ford Foundation (SPW, 2011). Consta ainda como parceira institucional do CLAM a ABIA.

O CLAM, sediado no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é um caso que ilustra explicitamente a interconexão e articulação entre acadêmicos, pesquisadores, militantes e organizações não governamentais via recursos da filantropia internacional. Em sua página (CLAM, s.d., *Parcerias*), o CLAM exhibe parcerias com outros núcleos acadêmicos também beneficiados por esses recursos, como é o caso do ISER - Instituto de Estudos da Religião, também da UERJ, e CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da UCAM. Além disso, tem como parceiros a ABIA/SPW, SOS Corpo, THEMIS e outras ONGs, todas elas inseridas no circuito dos grandes doadores.

j. Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde

O Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde não divulga publicamente dados financeiros detalhados. Contudo, conforme informações constantes em seu

site oficial, a organização afirma que, desde sua criação em 1981, desenvolveu grande parte de suas atividades “a partir de financiamentos de organizações internacionais e nacionais, assim como por meio de convênios com o governo” (COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE, s.d, *Coletivo Feminista*), com atuação concentrada nas áreas de direitos humanos das mulheres e de saúde sexual e reprodutiva.

Nos anos de 2023 e 2024 (BRAZILFOUNDATION, 2024; BRAZILFOUNDATION, 2025), o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde foi contemplado com apoio do Fundo Equidade de Gênero da BrazilFoundation (BRAZILFOUNDATION, s.d., *Fundo Equidade de Gênero*). De acordo com o edital correspondente (BRAZILFOUNDATION, 2023c), o apoio financeiro previsto é de **R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)** para execução de uma proposta com duração de 12 meses, com possibilidade de renovação por igual período, condicionada à avaliação dos resultados ao final do primeiro ano de vigência.

k. Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE)

O Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA) apresenta atividades acadêmicas em articulação com o Instituto PAPAI, organização da sociedade civil com histórico de cooperação nacional e internacional. Não foram localizados registros de repasses financeiros diretos ao GEMA, nem indícios de que a unidade acadêmica figure como beneficiária formal de financiamentos públicos ou privados.

A menção ao Instituto PAPAI neste contexto tem caráter exclusivamente descritivo e relacional, com o objetivo de indicar possíveis circuitos institucionais de cooperação, e não de estabelecer vínculo financeiro direto ou relação de dependência entre as entidades. O Instituto PAPAI aparece como beneficiário de financiamentos da Ford Foundation, uma das maiores fundações internacionais atuantes nas áreas de direitos humanos e questões sociais. Segundo o banco de dados oficial de financiamentos da fundação, consta o repasse no valor de US\$ 209.000,00 (FORD FOUNDATION, s.d. *Grants database*).

Adicionalmente, conforme dados disponíveis no Portal da Transparência do governo federal, o Instituto PAPAI figura como favorecido em repasses de recursos públicos federais no montante de R\$ 403.198,56, o que indica a existência de convênios ou aportes diretos com órgãos da administração pública brasileira (BRASIL, s.d.).

I. Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT)

Em 2025, o IBRAT foi contemplado com financiamento concedido pelo International Trans Fund (ITF), iniciativa internacional voltada ao apoio financeiro de lideranças, coletivos e organizações trans em diferentes regiões do mundo (ITF, 2024). Conforme informações disponibilizadas no site oficial do próprio fundo, o ITF conta com o apoio de diversas fundações e instituições filantrópicas internacionais, entre as quais figura a Arcus Foundation, listada como uma de suas financiadoras (ITF, 2025).



[About Us](#) [Our Grants](#) [News](#)



The Instituto Brasileiro de Transmasculinidades [IBRAT] (Brazil)

The Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), founded in 2013, is a national network of transmasculine activists in Brazil dedicated to advancing the rights, visibility, and wellbeing of transmasculine people. IBRAT organizes regional centers across all five Brazilian regions to address local demands while fostering national dialogue on public policy, human rights, and social inclusion.

The organization provides political training, research, mapping, and observatories, and engages in advocacy, institutional partnerships, and public debates. IBRAT also offers welcoming and support spaces, disseminates opportunities, and promotes ethical, mental health, and legal guidance for the community.

As part of REDCAHT (Network of American Transmasculine Collectives) and a member of the National Council for the Rights of LGBTQIA+ People, IBRAT bridges grassroots organizing with national and regional policy influence, empowering transmasculine individuals across Brazil.

m. Demais grupos acadêmicos ou coletivos

Para as entidades listadas a seguir não foram localizados registros públicos, transparentes e verificáveis de financiamento privado, internacional ou filantrópico. As informações disponíveis indicam em alguns casos a presença de recursos públicos e parcerias acadêmicas formais:

- Coletivo Chama
- Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA)
- Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ (NUH/UFMG)
- Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (CEAM/UnB)
- Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (UFRGS)
- Núcleo Roberto Farina (UNIFESP)
- Laboratório de Pesquisas em Enfermagem Psiquiátrica e Transgeneridades - (UFSC)
- MatematiQueer - Grupo de Pesquisa e Extensão (UFRJ)

Apesar da escassez de informações sobre financiamentos sobre esses núcleos específicos, os relatórios da ABIA - A Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS de 2020, 2021, 2022 e 2024 (ABIA, s.d.) mostram uma forte circulação de pesquisadores e professores universitários de instituições como a USP, UERJ, UFPB, UFPE, UFRJ, UFMG, UNEB, UFRGS e Fiocruz na ONG, seja participando do conselho diretor, seja na condição de associados participantes. Os relatórios deixam claro que a ABIA não funciona apenas como uma ONG de assistência, mas como um núcleo de produção acadêmica, pois grande parte de seus líderes e associados mantém um pé na universidade e outro no ativismo.

As atividades desenvolvidas envolvem a produção de dossiês, relatórios técnicos, podcasts, livros e artigos, elaboração de subsídios jurídicos para o STF (*Amicus Curiae*), docência em cursos de extensão universitária, condução de oficinas para ativistas, elaboração de *policy briefs* com recomendações para gestores, representação em audiências da ONU, participação em reuniões do G20 Social, entre outras. O coordenador do núcleo de pesquisa NUH - UFMG, Marco Aurélio Máximo Prado, por exemplo, é

descrito pela ABIA/SPW como um parceiro de longa data. Os dados apontam, portanto, para uma grande sinergia entre academia e ONGs, que se reverte em oportunidades de publicação, circulação, formação de redes de colaboração e oportunidades profissionais.

6. LIMITAÇÕES, ESCOPO E TRANSPARÊNCIA DOS DADOS

O presente levantamento baseou-se exclusivamente em informações públicas, verificáveis e documentadas, extraídas de bases oficiais de fundações financiadoras, portais institucionais, relatórios de atividades, registros acadêmicos e fontes jornalísticas de reconhecida circulação. Como em qualquer análise de fluxos financeiros no campo da sociedade civil brasileira, há limitações estruturais que impactam a rastreabilidade completa a partir de dados públicos, independentemente da organização analisada.

Em particular, fundos intermediários de financiamento - como a BrazilFoundation e o Washington Brazil Office - não divulgam sistematicamente os valores individualizados por organização beneficiária ou por projeto, o que dificulta a mensuração precisa dos repasses finais. De modo semelhante, universidades públicas e núcleos acadêmicos não discriminam, em seus demonstrativos orçamentários, a origem dos recursos públicos recebidos, tampouco os efeitos indiretos de parcerias institucionais e cooperações internacionais sobre a produção de conhecimento e a formação de quadros técnicos.

Diante dessas restrições, o relatório não pretende esgotar todas as possíveis fontes de financiamento, mas identificar padrões, recorrências e interconexões institucionais a partir do conjunto de dados efetivamente disponíveis. Essa opção metodológica busca garantir rigor analítico, evitando inferências especulativas e distinguindo claramente informações comprovadas de hipóteses.

7. CONCLUSÃO

Os dados deste relatório devem ser interpretados à luz do funcionamento ordinário da filantropia internacional contemporânea, que possui linhas programáticas explícitas, com divulgação pública. Os próprios editais (FUNDO POSITIVO, 2024) lançados pelos fundos muitas vezes trazem eixos de ação detalhados, enfatizando ações de *advocacy* a serem adotadas pelos beneficiários. Nosso relatório identificou tanto grandes doadores como a Open Society Foundations e a Ford Foundation, como fundos intermediários de redistribuição de recursos internacionais para organizações brasileiras, a exemplo do Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Fundo Positivo. Esse sistema de financiamento se apresenta como favorável à sociedade civil organizada, porém, seleciona e impulsiona atores específicos para “compor” a própria sociedade civil, definindo causas e adotando uma forma de atuação que ameaça a democracia, a ciência e a liberdade de cátedra.

Organizações da sociedade civil como Geledés, Criola, Sexuality Policy Watch/ABIA, CLAM/UERJ, ABGLT, RENFA e outras apresentam histórico documentado de financiamento direto ou indireto por essas fundações e fundos, seja por meio de repasses institucionais recorrentes, seja por intermédio de modelos de cofinanciamento descentralizado e atuação em rede. Em todos esses casos, o relatório limitou-se a registrar valores e vínculos comprovados em bases públicas e relatórios oficiais, sem inferir subordinação jurídica ou coordenação política centralizada entre financiadores e entidades beneficiárias. Porém, o que se observa é a convergência temática entre as áreas financiadas e as agendas públicas defendidas por essas organizações, em conformidade com as prioridades declaradas pelos grandes doadores.

No que se refere aos núcleos acadêmicos e grupos de pesquisa universitários signatários ou apoiadores do “Dossiê Matria”, pudemos identificar fontes de financiamento internacional em alguns casos, como o do CLAM/UERJ, e não em outros. Ainda assim, relatórios de ONGs como a ABIA/SPW apontam uma intensa circulação de pesquisadores e professores de instituições públicas de ensino superior na rede das organizações

financiadas, que se traduz em oportunidades acadêmicas e profissionais e acesso a uma infraestrutura de publicação e circulação. Sua relevância reside no papel institucional que exercem na legitimação acadêmica de determinadas categorias analíticas e na articulação entre pesquisa, militância e formulação de políticas públicas. Esse arranjo contribui para a difusão e naturalização, no espaço universitário e para além dele, de enquadramentos conceituais alinhados às mesmas agendas programáticas que recebem financiamento no campo associativo.

Cabe sublinhar que os ativistas e núcleos acadêmicos que elaboraram ou subscreveram o documento “Fronteiras Borradas: Movimentos Feministas e de Mulheres e Políticas Anti gênero no Brasil” ambicionam estabelecer hegemonia na universidade, recorrendo a táticas de censura a visões divergentes. Tanto os autores como seus entrevistados naturalizam a ideia de limitar a presença do que classificam pejorativamente como “feminismos essencialistas” na academia. Um dos docentes universitários citados no documento, por exemplo, admite ter adotado uma tática para impedir a participação de docentes com visões divergentes da sua:

“A gente tinha que arrumar um jeito dessas feministas não entrarem em uma proposta de um curso [...] O jeito que a gente arrumou foi criar critérios de separação colocando perspectivas queer no título do curso. Quando a gente colocou isso, elas não se candidataram mais” [p. 40].”

O relatório torna explícito que esses núcleos acadêmico-militantes hoje se empenham para ocupar espaços institucionais e marginalizar a crítica. O documento mostra que eles não enxergam a universidade e a ciência como espaços de discussão livre, abertura ao contraditório e crítica, mas como espaços a serem controlados, com vistas à fabricação de – falsos – consensos. Esse modo de atuação contrasta com a trajetória da MATRIA: além de se sustentar com as mensalidades de suas associadas e doações privadas pontuais de pessoas físicas, a associação tem agido em defesa de acadêmicas e acadêmicos perseguidos por suas visões críticas, prestando assistência jurídica e dando visibilidade aos seus casos.

A ausência de inserção da MATRIA nos circuitos de financiamento aqui descritos não apenas a diferencia das demais organizações analisadas,

demonstrando sua autonomia, como também atesta a desigualdade nos fluxos de financiamento e nos mecanismos de legitimação institucional. Essa assimetria aponta uma contradição central no debate público contemporâneo: organizações amplamente inseridas em circuitos internacionais de financiamento e fortemente conectadas a fundações sediadas no Norte Global apresentam-se, com frequência, como porta-vozes de uma agenda “local”, “anticolonial” ou “decolonial”, ao passo que atribuem a movimentos autônomos e comunitários de mulheres a condição de supostos vetores de interesses estrangeiros. Essa inversão discursiva também opera como mecanismo de blindagem simbólica: ao deslocar a acusação de colonialidade para fora de si, agendas transnacionais buscam escapar ao escrutínio de sua própria genealogia, seus financiadores e seus interesses estratégicos.

Tal inversão discursiva é particularmente relevante em um contexto no qual categorias, enquadramentos e estratégias políticas associadas ao ativismo trans foram formuladas, difundidas e financiadas majoritariamente fora do Brasil, sobretudo nos Estados Unidos, antes de sua incorporação ao debate nacional. O resultado é a naturalização de um duplo padrão: agendas transnacionais financiadas externamente são apresentadas como expressões autênticas de resistência local, enquanto iniciativas de mulheres organizadas de forma independente, sustentadas por contribuição direta de suas integrantes e trabalho voluntário, têm sua legitimidade sistematicamente questionada.

Esse processo de captura alcança de forma cada vez mais evidente laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa sediados em universidades públicas que passaram a operar como braços intelectuais de agendas previamente definidas. Em muitos casos, a lógica clássica da pesquisa – formulação de hipóteses, confronto com dados empíricos, abertura ao dissenso e revisão crítica – foi substituída por uma lógica de *advocacy* travestida de ciência.

Esses laboratórios passaram a orientar suas linhas de pesquisa, produção acadêmica e agendas de extensão de forma alinhada às prioridades de fundações estrangeiras, organismos multilaterais e *think tanks* sediados no

Norte Global. O resultado é uma inversão metodológica grave: não se parte mais da realidade social brasileira para formular perguntas de pesquisa, mas sim de marcos conceituais importados, que são então aplicados de forma acrítica ao contexto nacional, mesmo quando entram em conflito com dados locais, reivindicações legítimas da sociedade ou direitos historicamente consolidados.

As parcerias firmadas nesse contexto são duvidosas e controversas. Elas envolvem cooperação com entidades externas que não apenas financiam projetos, mas influenciam diretamente seus enquadramentos teóricos, vocabulário permitido e conclusões aceitáveis. A produção acadêmica deixa de ser um espaço de investigação aberta e transforma-se em instrumento de legitimação técnica de agendas políticas específicas, muitas vezes blindadas contra questionamento interno por meio de códigos morais, acusações de “violência simbólica” ou patologização do dissenso. Além disso, como vimos, na esteira desta contribuição acadêmica para agendas específicas também germinam novos mercados ligados à cultura do consumo de “identidades de gênero” (BILEK, 2024).

Em conclusão, a análise dos fluxos financeiros e da circulação acadêmica aqui detalhada expõe a urgência de uma reavaliação sobre a soberania da produção de conhecimento no Brasil. A dependência de agendas externas, travestida de ciência e resistência, compromete a integridade do debate democrático e a autonomia das pautas nacionais. É fundamental que a sociedade e as instituições de controle promovam o escrutínio rigoroso dessas conexões, garantindo que o interesse público e os direitos fundamentais não sejam instrumentalizados por lógicas de mercado ou pressões programáticas transnacionais.

REFERÊNCIAS

BASES PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO E TRANSPARÊNCIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). **Relatórios**. [s.d.]. Disponível em: <https://abiaids.org.br/relatorios/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). **Relatório Global – ABIA 2021**. São Paulo: ABIA, 2021. Disponível em: <https://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2022/12/RELAT-GLOBAL-ABIA-2021.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BLACK FEMINIST FUND. **Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas**. Black Feminist Fund, [s.d.]. Disponível em: <https://blackfeministfund.org/rede-nacional-de-feministas-antiproibicionistas/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Brasília: Controladoria-Geral da União [s.d.]. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>

- **ABGLT**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/url/84372cb2>. Acesso em: 14 jan. 2026.
- **Aliança Nacional LGBTI**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/convenios/936420/pessoa-juridica/06925318000160-alianca-nacional-lgbti>. Acesso em: 23 jan. 2026.
- **Aliança Nacional LGBTI**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/convenios/consulta?conveniente=160417199&ordenarPor=orgao&direcao=desc>. Acesso em: 23 jan. 2026.
- **Instituto Papai**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/busca/pessoa-juridica/03449392000169?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Corgao%2CunidadeGestora%2CnumeroLicitaacao%2CdataAbertura&id=3020220>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BRAZILFOUNDATION. **Fundo Equidade de Gênero**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.brazilfoundation.org/fundo-equidade-genero/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BRAZILFOUNDATION. **Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde**. [s.d.] Disponível em: <https://brazilfoundation.org/project/coletivo-feminista-sexualidade-e-saude/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BRAZILFOUNDATION. **Associação Mulheres EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero: projeto apoiado pelo Fundo de Equidade de Gênero da BrazilFoundation**.

BrazilFoundation, 2023a. Disponível em: <https://brazilfoundation.org/project/associacao-mulheres-eig/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRAZILFOUNDATION. **BrazilFoundation is pleased to announce sixteen organizations selected for support from the Black Entrepreneurship Fund and the Gender Equity Fund.**

BrazilFoundation, 09 jun. 2023b. Disponível em: <https://brazilfoundation.org/en/selected-for-support-black-entrepreneurship-gender-equity/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRAZILFOUNDATION. **Edital 2023 – Fundo de Equidade de Gênero.** BrazilFoundation, 2023c.

Disponível em: <https://brazilfoundation.org/edital-2023-fundo-de-equidade-de-genero/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRAZILFOUNDATION. **Relatório Anual 2023 / Annual Report 2023.** Rio de Janeiro:

BrazilFoundation, set. 2024. Disponível em: https://brazilfoundation.org/wp-content/uploads/2024/09/BrazilFoundation_Annual-Report-2023.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

BRAZILFOUNDATION. **Relatório Anual 2024 / Annual Report 2024.** Rio de Janeiro:

BrazilFoundation, 2025. Disponível em: https://brazilfoundation.org/wp-content/uploads/2025/12/BrazilFoundation_2024-Annual-Report_FINAL.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

FORD FOUNDATION. **Annual Report 2006.** Nova York: Ford Foundation, 2006. Disponível em:

<https://www.fordfoundation.org/wp-content/uploads/2025/06/ar2006.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2026.

FORD FOUNDATION. **Grants database.** [s.d.] Disponível em:

<https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/grants-database/>.

- **Brazilian Interdisciplinary AIDS Association (ABIA) - Grants Database, Grant ID 105571.** Nova York: Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/awarded-grants/grants-database/brazilian-interdisciplinary-aids-association-abia-105571/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- **Brazilian Interdisciplinary AIDS Association (ABIA) - Grants Database, Grant ID 108574.** Nova York: Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/awarded-grants/grants-database/brazilian-interdisciplinary-aids-association-abia-108574/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- **Brazilian Interdisciplinary AIDS Association (ABIA) - Grants Database, Grant ID 110637.** Nova York: Ford Foundation, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/awarded-grants/grants-database/brazilian-interdisciplinary-aids-association-abia-110637/>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- **Brazilian Interdisciplinary AIDS Association - ABIA.** Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/awarded-grants/grantee/brazilian-interdisciplinary-aids-association-abia/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

- **Criola - grants database, Grant ID 150368.** Nova York: Ford Foundation, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/awarded-grants/grants-database/criola-150368/>. Acesso em: 17 jan. 2026.
- **Geledés - Instituto da Mulher Negra** - Total Amount USD \$1.650.000, approved August 2024, start August 2024, end July 2028. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/awarded-grants/grants-database/geledes-instituto-da-mulher-negra-147882/>. Acesso em: 9 jan. 2026.
- **Instituto PAPAÍ.** Disponível em: <https://web.archive.org/web/20250912200728/https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/awarded-grants/grants-database/instituto-papai-107045/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Temáticas de projetos apoiados** [s.d.]. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/nosso-trabalho/projetos-apoiados/tematicas/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Projetos financiados.** [s.d.] Disponível em: <https://fundodireitoshumanos.org.br/projetos-apoiados/>

- **Criola - fortalecimento organizacional e atuação territorial.** Brasília: Fundo Brasil de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/criola-2/>. Acesso em: 17 jan. 2026
- **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).** Brasília: Fundo Brasil de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/antra-associacao-nacional-de-travestis-e-transexuais/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA).** Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2017. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/rede-nacional-de-feministas-antiproibicionistas-renfa/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Associação Mulheres EIG: fortalecendo mulheres nas igrejas cristãs contra os fundamentalismos.** Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2022b. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/associacao-mulheres-eig/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA).** Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2023b. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/rede-nacional-de-feministas-antiproibicionistas/>. Acesso em: 20 jan. 2026

FUNDO POSITIVO. **Edital nº 43.** São Paulo: Fundo Positivo Projetos. [s.d.]. Disponível em: https://fundopositivoprojetos.org.br/Edital/Details/43?fbclid=IwAR3YxeUdbxRow6DjluIM_Yg60-57UyeZDpFRzholpMseLDViyHgNJ7V8InM. Acesso em: 14 jan. 2026.

FUNDO POSITIVO. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo (ABGLTI) e Associação Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais (ANTRA). **Observatório Nacional de Políticas e Direitos LGBTQI+**. São Paulo: Fundo Positivo, 17 jan. 2023a. Disponível em: <https://fundopositivo.org.br/fundolgbtqia/2023/01/17/associacao-brasileira-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-transexuais-e-intersexo-abglti-e-associacao-nacional-de-pessoas-travestis-e-transexuais-antra/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

FUNDO POSITIVO – SAÚDE PREVENTIVA, HIV E DIVERSIDADE. **Aliança Nacional LGBTI**. Fundo Positivo – Fundo LGBTQIA+, 17 jan. 2023b. Disponível em: <https://fundopositivo.org.br/fundolgbtqia/2023/01/17/alianca-nacional-lgbti/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

INTERNATIONAL TRANS FUND. **Africa & West Asia – Grantee Partners**. International Trans Fund, 2024. Disponível em: <https://www.transfund.org/2025-2/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INTERNATIONAL TRANS FUND. **Fueling Trans Power to Thrive: Annual Report 2024**. International Trans Fund, 01 ago. 2025. Disponível em: <https://www.transfund.org/2025/08/>. Acesso em: 19 jan. 2026

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Editais do Fundo de População da ONU contempla Rede Feminista de Saúde**. Nações Unidas Brasil, 01 jun. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/129498-edital-do-fundo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-da-onu-contempla-rede-feminista-de-sa%C3%BAE>. Acesso em: 20 jan. 2026.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS (OSF). Grants database. [s.d.]. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/grants>

- Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA). **Dados filtrados “Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS”**. Disponível em: https://www.opensocietyfoundations.org/grants/past?filter_keyword=Associa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20Interdisciplinar%20de%20AIDS. Acesso em: 15 jan. 2026.
- Criola. **Dados filtrados por “Criola” (2018, 2020, 2022)**. Disponível em: https://www.opensocietyfoundations.org/grants/past?filter_keyword=criola. Acesso em: 19 jan. 2026.
- FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **Dados filtrados “Fundo Brasil Direitos humanos”**. Disponível em: https://www.opensocietyfoundations.org/grants/past?filter_keyword=Fundo%20Brasil%20de%20Direitos%20Humanos. Acesso em: 15 jan. 2026
- GELEDES. **Dados filtrados por “Geledes”**. Disponível em: https://www.opensocietyfoundations.org/grants/past?filter_keyword=geledes. Acesso em: 15 jan. 2026.

- WASHINGTON BRAZIL OFFICE (WBO). **Dados filtrados por “Washington Brazil Office”**. Disponível em: https://www.opensocietyfoundations.org/grants/past?grant_id=OR2023-90406. Acesso em: 15 jan. 2026.
- WASHINGTON BRAZIL OFFICE (WBO). **Grants – Open Society Foundations (2023)**. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/grants/washington-brazil-office-2023>. Acesso em: 22 jan. 2026.

UNFPA Brasil. Se não persistirmos, corremos o risco de perder direitos já conquistados. 31 mai. 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/%E2%80%9Cse-n%C3%A3o-persistirmos-corremos-o-risco-de-perder-direitos-j%C3%A1-conquistados%E2%80%9D-diz-coordenadora-da>. Acesso em: 23 jan. 2026.

REFERÊNCIAS GERAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). **ABIA – quem somos**. [s.d.]. Disponível em: <https://abiadays.org.br/aabia/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). **Relatório Global 2018**. Rio de Janeiro: ABIA, 2018. Disponível em: https://abiadays.org.br/wp-content/uploads/2019/07/RELAT-GLOBAL_ABIA_2018_FINAL.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Diretoria**. [s.d.]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/diretoria/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê Matria: análise das ofensivas antigênero e da atuação da Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil**. Brasil, 2025.

BERHANU, Aaron Elias. **Understanding the market for gender confirmation surgery in the adult transgender community in the United States: evolution of treatment, market potential, and unique patient characteristics**. Tese (Doutorado em Medicina) – Harvard Medical School, Boston, 2016.

BIGGS, Michael. **The Open Society Foundations & the transgender movement**. 4th Wave Now, 25 maio 2018. Disponível em: <https://4thwavenow.com/2018/05/25/the-open-society-foundations-the-transgender-movement/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BILEK, Jennifer. **The billionaire family pushing synthetic sex identities (SSI)**. Tablet Magazine, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://www.tabletmag.com/sections/news/articles/billionaire-family-pushing-synthetic-sex-identities-ssi-pritzkers>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BILEK, Jennifer. **Transsexual Transgender Transhuman: Dispatches from The 11th Hour**. 2024. Chicago, IL: Spinifex Press.

- BINDEL, Julie; NEWMAN, Melanie. **The trans rights that trump all**. The Critic, abr. 2021. Disponível em: <https://thecritic.co.uk/issues/april-2021/the-trans-rights-that-trump-all/>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Lançamento do Portal Achados e Pedidos**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2017/lancamento-do-portal-achados-e-pedidos>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **MDHC realiza oficina do Observatório Nacional dos Direitos Humanos no 17º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em Belém**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/mdhc-realiza-oficina-do-observatorio-nacional-dos-direitos-humanos-no-17o-encontro-do-forum-brasileiro-de-seguranca-publica-em-belem>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- CASS, Hilary. **Independent review of gender identity services for children and young people: final report**. 2024. Disponível em: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20250311125127/https://cass.independent-review.uk/home/publications/final-report/>. Acesso em: 17 jan. 2026.
- CASTRO, Gabriel de Arruda. **Meio bilhão em 15 anos: quem a Fundação Ford financia no Brasil**. Gazeta do Povo, 11 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/quem-fundacao-ford-financia-brasil/>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES (CEAM/UnB). **Núcleo de Diversidade Sexual e de Gênero**. Disponível em: <https://ceam.unb.br/nucleos-tematicos/>. Acesso em: 22 jan. 2026.
- CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. (CLAM/UERJ). **Sobre o CLAM**. [s.d.]. Disponível em: <https://clam.org.br/sobre-o-clam/>. Acesso em: 22 jan. 2026.
- CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS (CLAM/UERJ). **Parcerias**. [s.d.] Disponível em: <https://clam.org.br/parcerias/>. Acesso em: 23 jan. 2026.
- COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE. **Coletivo Feminista**. [s.d.]. Disponível em: <https://coletivofeminista.org.br/coletivo-feminista/>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. **Transparência**. [s.d.] Disponível em: <https://conectas.org/transparencia/>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. **Sobre a Conectas**. [s.d.]. Disponível em: <https://conectas.org/sobre-a-conectas/>. Acesso em: 21 jan. 2026
- CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. **Equipe e conselho**. [s.d.]. Disponível em: <https://conectas.org/equipe-e-conselho/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CONTRA EL BORRADO DE LAS MUJERES. **Financiación**. [s.d.] Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/financiacion/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. Chicago Legal Forum, v. 1989, p. 139-167, 1989. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3007/. Acesso em: 21 jan. 2026.

FASE - JUSTIÇA, IGUALDADE E DIREITOS. **Relatório de atendimento** (versão digital revisada). São Paulo: FASE, 2020. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/03/relatorio-atendimento-versao-digital-revisado.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

FORD FOUNDATION. **How we make grants**. New York: Ford Foundation, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/how-we-make-grants/>. Acesso em: 16 jan. 2026.

FORD FOUNDATION. **History of the Ford Foundation in Brazil**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/our-work-around-the-world/brazil/history/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

FORD FOUNDATION. **Ford Foundation doubles investment for trans organizations, makes sweeping commitments to support LGBTQ communities**. New York: Ford Foundation, 2 dez. 2022a. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/news-and-press/news/ford-foundation-doubles-investment-for-trans-organizations-makes-sweeping-commitments-to-support-lgbtq-communities/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FORD FOUNDATION. **What the evolution of gender can teach us about equality**. New York: Ford Foundation, 2022b. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/stories/what-the-evolution-of-gender-can-teach-us-about-equality/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

FORD FOUNDATION. **Fundo de US\$ 8,5 milhões vai apoiar projetos para defesa dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores no Brasil**. Ford Foundation, 08 dez. 2022c. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/news-and-press/news/fundo-de-us-85-milhoes-vai-apoiar-projetos-para-defesa-dos-direitos-de-trabalhadoras-e-trabalhadores-no-brasil/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Captação de recursos**. [s.d.] Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/nosso-trabalho/mobilizacao/captacao-de-recursos/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Conheça o Fundo Brasil**. [s.d.] Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/conheca-o-fundo-brasil/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Editais LGBTQIA+ Defendendo Direitos: veja projetos selecionados**. Fundo Brasil de Direitos Humanos, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/noticia/editais-lgbtqia-defendendo-direitos-veja-projetos-selecionados/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **Fundo Brasil de Direitos Humanos. Filantropia Colaborativa – GIFE**. 30 mar. 2022a. Disponível em: <https://filantropiacolaborativa.gife.org.br/6-18-fundo-brasil-de-direitos-humanos-20220330>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **40 projetos: veja selecionados nos editais Reconstruindo Direitos e LGBTQIA+**. Fundo Brasil de Direitos Humanos, 23 jun. 2023a. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/noticia/apoio-para-40-projetos-veja-resultados-de-editais-reconstruindo-direitos-e-lgbtqia/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS (FBDH). **LGBTQIAPN+: defendendo direitos 2026**. Edital do Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2025. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/editais/lgbtqia-defendendo-direitos-2026/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FUNDO POSITIVO – SAÚDE PREVENTIVA, HIV E DIVERSIDADE. **Fundo LGBTQIA+**, [s.d.]. Disponível em: <https://fundopositivo.org.br/fundolgbtqia/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FUNDO POSITIVO. 12º Edital de Projetos - (Re)existindo, 2024. Disponível em: <https://www.fundopositivoprojetos.org.br/Edital/Details/54>. Acesso em: 23 jan. 2026.

GLOBAL MARKET INSIGHTS. **US Sex Reassignment Hormone Therapy Market - Industry Analysis, Size, Share, Growth, Trends and Forecast, 2025–2034**. 2024. Disponível em: <https://www.gminsights.com/industry-analysis/us-sex-reassignment-hormone-therapy-market>. Acesso em: 23 jan. 2026.

HEUCHAN, Claire. **LGB Alliance to Form as “Stonewall can’t defend lesbians”**. 30 set. 2019. After Ellen. Disponível em: <https://afterellen.com/lgb-alliance-to-form-as-stonewall-cant-defend-lesbians/>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perfil no Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos**. [s.d.]. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/682801>. Acesso em: 23 jan. 2026.

INSTITUTO INCUBE. **Relatório Institucional 2020 – 2024**. São Paulo: Instituto Incube, 2024. Disponível em: https://c17d7dd3-223e-4cbf-b7c4-a819d37d9370.filesusr.com/ugd/49dd08_dc67489e5e074eca93ce791724613f28.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

INSTITUTO INCUBE. **Sobre**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.incube.org.br/sobre>. Acesso em: 21 jan. 2026.

INSTITUTO INCUBE; SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SP). **Plano de trabalho: parceria para execução de projeto (Incube – SJCCAP2024002186DM)**. São Paulo: Instituto Incube/Secretaria da Justiça e Cidadania, 24 maio 2024. 16 p. Disponível em: https://c17d7dd3-223e-4cbf-b7c4-a819d37d9370.filesusr.com/ugd/cd3977_f047de548167436d95fdac2c4bdb10a6.pdf. Acesso em: 21 jan. 2026.

INSTITUTO MONTE CASTELO. **A folha de pagamento de George Soros no Brasil**. [s.d.] Disponível em: <https://montecastelo.org/georgesoros/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

JOYCE, Helen. **Trans: when ideology meets reality**. 2021, London: Oneworld.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. 1998, Ithaca: Cornell University Press.

KIREY, Anna. **Europe celebrates a string of trans rights victories**. Open Society Foundations, 11 maio 2015. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/voices/europe-celebrates-string-trans-rights-victories>. Acesso em: 15 jan. 2026.

KLEIN, Naomi. **Doppelgänger: Uma viagem através do Mundo-Espelho**. Tradução: Renato Marques. São Paulo: Carambaia, 2024.

LAUDES FOUNDATION. **Philanthropy takes action to promote labour rights in Brazil. Laudes Foundation**. 07 dez. 2022. Disponível em: <https://www.laudesfoundation.org/latest/news-and-stories/press-releases/2022/philanthropy-takes-action-to-promote-labour-rights-in-brazil/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

LITTMAN, Lisa. **Rapid-onset gender dysphoria in adolescents and young adults: a study of parental reports**. 2018, PLOS ONE, v. 13, n. 8, e0202330.

LITTMAN, Lisa. **Individuals treated for gender dysphoria with medical and/or surgical transition who subsequently detransitioned: a survey of 100 detransitioners**. 2021, Archives of Sexual Behavior, v. 50, n. 8, p. 3353–3369.

MANDL, Carolina. **Soros Fund adds First Horizon, Horizon Therapeutics and bond ETF**. Reuters, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/wealth/soros-fund-adds-first-horizon-horizon-therapeutics-bond-etf-2023-02-14/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MATRIA. **Relatório: opiniões dos eleitores brasileiros sobre a autoidentificação de gênero. 2025**. Disponível em: <https://matriaoficial.substack.com/p/opinioes-dos-eleitores-brasileiros>. Acesso em: 17 jan. 2026.

MATRIA. **Perfil das associadas da MATRIA – quem somos e como atuamos**. 2026a. Disponível em: <https://associacaomatria.com/perfil-associadas-matria/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

MATRIA. **Projetos Fundo Brasil Lgbt**. 2026b. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1GGwqXzzGI7zEUK-nFaPkqp7Hff0KytHi/edit?gid=1354156229#gid=1354156229>.

McDEAVITT, Katie; COHN, Jack; LEVINE, Stephen B. **Critiques of the Cass Review: fact-checking the peer-reviewed and grey literature**. 2025, Journal of Sex & Marital Therapy, v. 51, n. 2, p. 175–199.

MERRY, Sally Engle. **Human rights and gender violence: translating international law into local justice**. 2006, Chicago: University of Chicago Press.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER (NEIM/UFBA). **Página institucional**. [s.d.]. Disponível em: <https://neim.ufba.br/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

NÚCLEO FEMINISTA DE PESQUISAS EM GÊNERO E MASCULINIDADES (GEMA/UFPE). **Página institucional**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufpe.br/gema>. Acesso em: 22 jan. 2026.

NÚCLEO ROBERTO FARINA – UNIFESP (TransUnifesp). **Página institucional**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/san7/nucleotrans/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS (OSF). **License to be yourself: law and advocacy for legal gender recognition of trans people**. New York: Open Society Foundations, maio 2014. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/license-be-yourself>. Acesso em: 17 jan. 2026.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS (OSF). **Q&A: a new law in Chile recognizes transgender people**. Open Society Foundations, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/voices/qa-new-law-chile-recognizes-transgender-people>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PARRIS, Matthew. **Stonewall should stay out of trans rights war**. The Times, 22 maio 2021. Disponível em: <https://sem-paywall.com/api/clean/www.thetimes.com/comment/article/stonewall-should-stay-out-of-trans-rights-war-xcz25nhdt>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ROCHOWANSKI, Almut. **Western-backed NGOs: a hollow version of civil society**. Jacobin, 2025. Disponível em: <https://jacobin.com/2025/02/western-ngos-funding-civil-society>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ROELOFS, Joan. **Foundations and public policy: the mask of pluralism**. 2023, Albany: State University of New York Press.

SAPIR, Lior; LITTMAN, Lisa; BIGGS, Michael. **The US Transgender Survey of 2015 supports rapid-onset gender dysphoria: revisiting the “Age of Realization and Disclosure of Gender Identity among Transgender Adults”**. 2024, *Archives of Sexual Behavior*, v. 53, n. 3, p. 863–868.

SEXUALITY POLICY WATCH (SPW); NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT+ DA UFMG; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). 2025, **Fronteiras borradas: movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil**. Brasil.

SEXUALITY POLICY WATCH (SPW). **APC publishes the final reports of the EroTICs: Sexuality and the Internet – an exploratory research**. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 11 ago. 2011. Disponível em: <https://sxpolitics.org/spw-library/publications/spw-activities-27/6484/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

SEXUALITY POLICY WATCH (SPW/ABIA). **Sobre o SPW**. [s.d.]. Disponível em: <https://spw.ngo/about-spw/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

STOCK, Kathleen. *Material girls: why reality matters for feminism*. 2021, London: Fleet.
TANG, Alexander; HOJILLA, J. C.; JACKSON, J. E.; ROTHENBERG, Kathryn A.; GOLOGORSKY, Roman C.; STRAM, Daniel A.; YOKOO, Kevin M. **Gender-affirming mastectomy trends and surgical outcomes in adolescents**. 2022, *Annals of Plastic Surgery*, v. 88, n. 4, p. S325–S331.

TAYLOR, James; HALL, Rebecca; LANGTON, Thomas; FRASER, Lindsay; HEWITT, Claire E. **Characteristics of children and adolescents referred to specialist gender services: a systematic review**. 2024, *Archives of Disease in Childhood*, v. 109, supl. 2, p. S3–S11.

TESSER, Tabata. **Ofensivas antigênero e antifeminismo**. Nexo, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/2022/11/18/ofensivas-antigenero-e-antifeminismo>. Acesso em: 22 jan. 2026.

THOMPSON, Lucy; SAROVIC, Daniel; WILSON, Philip; SÄMFJORD, Andreas; GILLBERG, Christopher. **A PRISMA systematic review of adolescent gender dysphoria literature: 1) Epidemiology**. 2022a, *PLOS Global Public Health*, v. 2, n. 3, e0000245.

THOMPSON, Lucy; SAROVIC, Daniel; WILSON, Philip; SÄMFJORD, Andreas; GILLBERG, Christopher. **A PRISMA systematic review of adolescent gender dysphoria literature: 2) Mental health**. 2022b, *PLOS Global Public Health*, v. 2, n. 5, e0000426.

TOEPLER, Stefan. **Foundations and public policy: the mask of pluralism**. 2016, *Nonprofit Policy Forum*, v. 7, n. 2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Laboratório MentalTrans (CNPq)**. 2019. Disponível em: <http://www.dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/509037>. Acesso em: 22 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **MatematiQueer. Página institucional.** [s.d.] Disponível em: <https://matematiqueer.ufrj.br/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

VIANNA, A. R. B.; CARRARA, S.; LACERDA, P. L. **Sexual politics and sexual rights in Brazil: an overview.** Global Public Health: an international journal for research, policy and practice, v. 3, n. sup2, p. 5-21, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/17441690801981050>. Acesso em: 21 jan. 2026.



MATRIA

MULHERES ASSOCIADAS,
MÃES E TRABALHADORAS DO BRASIL